

## **Aula 00**

*INSS (Analista do Seguro Social -  
Serviço Social) Legislação Específica -  
2022 - CEBRASPE (Pré-Edital)*

Autor:  
**Nilza Ciciliati**

13 de Novembro de 2021

## Sumário

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS .....	2
1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	2
2 – A LOAS – LEI 8.742/93 .....	3
2.1 – Aspectos iniciais.....	3
2.2 - Das Definições e dos Objetivos .....	4
2.3 - Dos Princípios e das Diretrizes .....	8
2.4 - Da Organização e da Gestão .....	11
2.5 - Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social .....	25
2.6 - Do Financiamento da Assistência Social .....	37
2.7 - Das Disposições Gerais e Transitórias .....	41
3 – Considerações Finais .....	43
Resumo.....	44
Questões Comentadas .....	54
Lista de Questões.....	88
Gabarito .....	104



# LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS

## 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Olá! Aqui é a prof. Nilza Ciciliati e seja bem-vindo(a) para mais uma aula de Serviço Social para concursos públicos!

Nesta aula vamos trabalhar sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, mais conhecida como a LOAS. Esta lei traz em seus dispositivos sobre os princípios, objetivos, diretrizes e organização da Assistência Social, bem como sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os Benefícios Eventuais e os Serviços e Programas de Assistência Social e Projetos de enfrentamento à pobreza.

Após cada abordagem de tópico, vamos introduzir algumas questões para internalizar o assunto e entender como a Banca Examinadora costuma cobrar o assunto em provas. Nosso material será 100% focado em questões de prova, pois o objetivo aqui é fazer com que você acerte o máximo de questões e consiga sua aprovação.

Então vamos lá? Ótima aula e bons estudos!

Deixo aqui meus contatos nas redes sociais e no Canal do YouTube:

**Instagram:** @nilza\_ciciliati e @profnilzaciciliati

**Telegram:** <https://t.me/profnilzaciciliati>

**YouTube:** Nilza Ciciliati



## 2 – A LOAS – LEI 8.742/93

### 2.1 – Aspectos iniciais

A **Carta Magna** ficou conhecida como **Constituição Cidadã** por suas características inclusivas e que possibilitou muitos avanços nos aspectos de garantia de direitos como por exemplo: **a inserção da Assistência Social como política pública não contributiva**, integrante do sistema de proteção social da Seguridade Social, juntamente com a saúde e previdência, garantindo os benefícios assistenciais como um **direito do cidadão e dever do Estado**.

Nesse sentido, a Constituição Federal (1988), centrada nos direitos fundamentais e na dignidade da pessoa humana, tem como princípio pétreo oferecer à população mais vulnerável o **mínimo existencial**, ou seja, um conjunto de elementos que pudessem assegurar as necessidades básicas do indivíduo, incluindo a assistência aos desamparados.

A regulamentação da assistência social, enquanto política pública, se deu tardiamente, somente com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

A LOAS é composta por seis capítulos:

- Capítulo I: trata das Definições e dos Objetivos da assistência social.
- Capítulo II: trata dos Princípios e Diretrizes.
- Capítulo III: trata da Organização e da Gestão da Assistência Social.
- Capítulo IV: trata dos Benefícios, Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social.
- Capítulo V: trata da Questão do Financiamento da Assistência Social.
- Capítulo VI: trata das Disposições Gerais e Transitórias.

A **Lei nº 12.435/2011**, conhecida como Lei do SUAS, promulgada em 6 de julho de 2011, trouxe significativas alterações na LOAS, ratificando as conquistas alcançadas pela política de Assistência Social nos últimos anos e como principais alterações:

- Traz para o âmbito legal o Sistema Descentralizado e Participativo denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Organiza a assistência social e define suas proteções em social básica e social especial de média e alta complexidade;
- Institui os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS;
- Cria o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI;

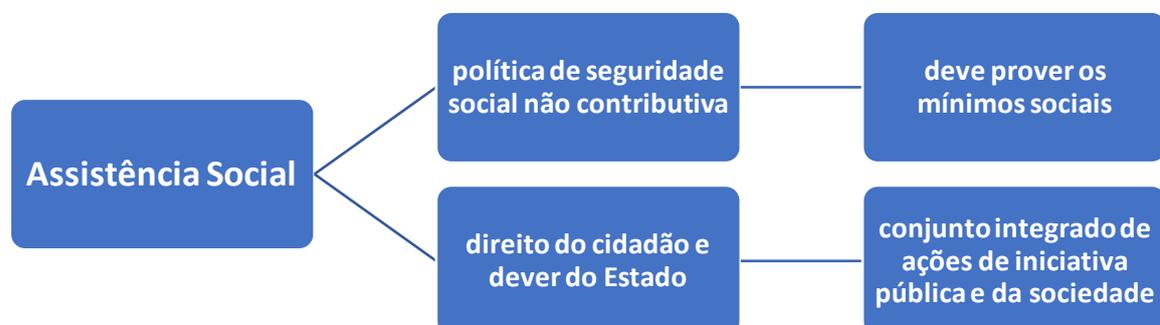


- Autoriza a utilização dos recursos do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais para pagamento da equipe de referência;
- Institui o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD-SUAS
- Classifica as entidades e organizações de assistência social em: atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos.
- Define o Vínculo SUAS e seus requisitos para reconhecimento.
- Assinala como competências dos Estados, municípios e DF, em relação ao custeio dos benefícios, serviços e programas, bem como a realização de monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social.
- Dispõe que os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor da assistência social e que este deve prover a infraestrutura necessária para seu funcionamento (recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive passagens e diárias).
- Reduz para 65 anos a idade mínima para recebimento pelo idoso do BPC (Estatuto do Idoso).
- Conceitua os termos “pessoa com deficiência” e “impedimento de longo prazo”.
- Define os Benefícios Eventuais e os Serviços Socioassistenciais.

Todas essas modificações serão estudadas na LOAS, a seguir:

## 2.2 - Das Definições e dos Objetivos

A LOAS dispõe que a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado e que se trata de uma **política de seguridade social não contributiva**, que **deve prover os mínimos sociais** através de um **conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade**, para garantir o atendimento às necessidades básicas.



O art. 2º dispõe sobre os objetivos da assistência social. Vejamos:



## Objetivos da assistência social

**a proteção social**, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

**a vigilância socioassistencial**, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

**a defesa de direitos**, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Segundo a Loas, para o **enfrentamento da pobreza**, a assistência social realiza-se de forma **integrada às políticas setoriais**, garantindo **mínimos sociais e provimento de condições** para atender **contingências sociais** e promovendo a **universalização dos direitos sociais**.

O art. 3º da lei traz o conceito das diferentes entidades e organização de assistência social, que podem ser de:

atendimento

assessoramento

defesa e garantia de direitos

Vamos entender o conceito de cada uma dessas entidades e organizações:



## Atendimento

- aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e **concedem benefícios de prestação social básica ou especial**, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.

## Assessoramento

- aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o **fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças**, dirigidos ao público da política de assistência social.

## Defesa e garantia de direitos

- aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a **defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais**, construção de novos direitos, **promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos**, dirigidos ao público da política de assistência social.

É importante que você saiba diferenciar cada uma delas, pois é um assunto muito cobrado em provas! Para diferenciá-las, lembre-se das palavras chaves:



**Atendimento:** concedem benefícios de prestação social básica ou especial;

**Assessoramento:** fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários;

**Defesa:** defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, promoção da cidadania e enfrentamento das desigualdades sociais.



**(FUNDATEC - 2019) Assinale a alternativa que se refere a um objetivo da Assistência Social, conforme o Art. 2º da Lei nº 8.742/1993.**

- A. A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.
- B. A preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- C. A destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- D. A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.
- E. A formulação de política intersetorial destinada a promoção dos campos econômico e social.

**Comentário:**

A questão exige que você tenha conhecimento sobre os objetivos da Assistência Social, disposto no art. 2º da LOAS.

São 3 os objetivos:

**Proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos.**

**A proteção social visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:**

- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

**Gabarito: letra A**

Outra questão:

**(FCC - 2018) A atualização da Lei Orgânica de Assistência Social, por meio da Lei nº 12.435/2011, considera como entidade e organização de assistência social sem fins lucrativos, aquelas que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários, e também aquelas que atuam para defesa e garantia de direitos. Sendo assim, uma organização sem fins lucrativos de assessoramento é aquela que atua para**



- A. a gestão da política de assistência social.
- B. a execução de projeto social.
- C. a articulação junto à outros órgãos públicos.
- D. a promoção da cidadania dos usuários da política.
- E. o fortalecimento dos movimentos sociais.

**Comentário:**

A questão pede sobre a entidade de assessoramento. Lembre-se das palavras chaves para saber diferenciar cada uma delas!



**Atendimento:** concedem benefícios de prestação social básica ou especial;

**Assessoramento:** fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários;

**Defesa:** defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, promoção da cidadania e enfrentamento das desigualdades sociais.

**Gabarito: letra E**

## 2.3 - Dos Princípios e das Diretrizes

O art. 4º da LOAS dispõe que a assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

### PRINCÍPIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**S**upremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

**U**niversalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

**R**espeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;



**I**gualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

**D**ivulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.



ATENÇÃO  
**DECORE!**

**SURID**

O art. 5º dispõe que a organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

#### DIRETRIZES DA ORGANIZAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Desce**ntralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

**Parti**cipação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

**Prima**ria da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.



ATENÇÃO  
**DECORE!**

**DESCE e PARTI  
PRIMA**



**(Crescer Consultorias - 2019) A assistência social rege-se pelos seguintes princípios, SALVO:**

- A. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- B. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- C. divulgação restrita dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- D. universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

**Comentário:**

Questão que exige um conhecimento acerca dos princípios da assistência social disposto no art. 4º da LOAS.

Lembre-se do mnemônico: **SURID**

- **S** (Supremacia das necessidades Sociais)
- U** (Universalização dos direitos sociais.)
- R** (Respeito à dignidade do cidadão.)
- I** (Igualdade de direitos, sem discriminação.)
- D** (Divulgação dos benefícios e serviços.)

**Cuidado! A Banca pede a alternativa incorreta!**

Assim, temos a letra **C** como gabarito, pois **a divulgação deve ser ampla e não restrita** dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.

**Gabarito: letra C**

Outra questão:

**(FUNCERN - 2019) A Assistência Social compreendida como direito do cidadão e dever do Estado apresenta diretrizes para sua concretização. Desse modo, é diretriz da Assistência Social**

- A. a participação da população, por meio de organizações representativas, no controle das ações apenas em esfera municipal.
- B. o compartilhamento da responsabilidade do Estado com setores da sociedade civil na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.



C. a descentralização político administrativa para os Estados, Distrito Federal e Municípios, abdicando o comando único.

D. a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo.

**Comentário:**

Lembre-se do mnemônico: DESCE E PARTI PRIMA, ou seja, DESCENTRALIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PRIMAZIA.

**Desce**ntralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

**Parti**cipação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

**Prima**zia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

**ANALISANDO OS ERROS DAS ALTERNATIVAS:**

**A. O controle das ações acontece em todos os níveis e não apenas na esfera municipal.**

**B. Há uma primazia da responsabilidade do Estado e não compartilhamento com a sociedade civil.**

**C. Não há abdicção do comando único, ele acontece em cada esfera do governo.**

**Gabarito: letra D**

## 2.4 - Da Organização e da Gestão

O art. 6º da Lei 8.742/93 dispõe que a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de **sistema descentralizado e participativo**, denominado **Sistema Único de Assistência Social (Suas)**, com os seguintes **objetivos**:

I - **consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica** entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - **integrar a rede pública e privada** de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C;

III - **estabelecer as responsabilidades dos entes federativos** na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - **definir os níveis de gestão**, respeitadas as diversidades regionais e municipais;

V - **implementar a gestão do trabalho** e a **educação permanente** na assistência social;



VI - estabelecer a **gestão integrada** de serviços e benefícios; e

VII - **afiançar a vigilância socioassistencial** e a **garantia de direitos**.

As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo:

**a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.**

E tem como base de organização:

**o território.**



**E quem é a instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social?**

**É o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.**



**Muito cuidado aqui!** Apesar de ainda constar na LOAS que a instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, este Ministério foi extinto e atualmente quem coordena a PNAS é o **Ministério da Cidadania!**



Atenção para  
inclusões recentes  
na LOAS!

§ 4º Cabe à instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social normatizar e padronizar o emprego e a divulgação da identidade visual do Suas. (Incluído pela Lei nº 13.714, de 2018)

§ 5º A identidade visual do Suas deverá prevalecer na identificação de unidades públicas estatais, entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios vinculados ao Suas. (Incluído pela Lei nº 13.714, de 2018)

O art 6º-A traz os **tipos de proteção** fornecidos pela assistência social:

Proteção  
social  
básica

- conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a **prevenir situações de vulnerabilidade e risco social** por meio do **desenvolvimento de potencialidades e aquisições** e do **fortalecimento de vínculos familiares e comunitários**;

Proteção  
social  
especial

- conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a **reconstrução de vínculos familiares e comunitários**, a **defesa de direito**, o **fortalecimento das potencialidades e aquisições** e a **proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos**.

### E o que é a vigilância socioassistencial?

A **vigilância socioassistencial** é um dos instrumentos das proteções da assistência social que **identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território**.





## E quem ofertará as proteções sociais básica e especial?

As proteções sociais básica e especial **serão ofertadas pela rede socioassistencial**, de **forma integrada**, diretamente **pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas**, respeitadas as especificidades de cada ação.

### Vinculação ao SUAS - Reconhecimento das entidades integrantes da rede socioassistencial

Essa **vinculação ao Suas** é o **reconhecimento** pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (hoje Ministério da Cidadania) **de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial**. Para o reconhecimento, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

- **constituir-se como entidades sem fins lucrativos** que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
- **inscrever-se em Conselho Municipal** ou do Distrito Federal;
- **integrar o sistema de cadastro de entidades**.

As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas **celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público** para a execução, **garantido financiamento integral, pelo Estado**, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

O próprio órgão gestor local da assistência social informará ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome as entidades que cumprem os os requisistos.

### Os serviços de proteção básica e especial no CRAS e NO CREAS

As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no **Centro de Referência de Assistência Social (Cras)** e no **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)**, respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social

CRAS

• serviço de proteção básica

CREAS

• serviço de proteção especial





é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.



é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em **situação de risco pessoal ou social**, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.



## ATENÇÃO DECORE!

**Cras** - Atua na **prevenção** de vulnerabilidades e situações de risco.

**Creas** - Atua na proteção social das famílias que **já se encontram em situação de risco**.

Os **Cras** e os **Creas** são **unidades públicas estatais** instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. As suas instalações devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.



Os recursos do cofinanciamento do Suas, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, **poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrem as equipes de referência**, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo CNAS.



**E o que deve ser considerado para a formação das equipes de referência?**

A formação das equipes de referência deverá considerar

- o número de famílias e indivíduos referenciados,
- os tipos e modalidades de atendimento e
- as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

conforme  
deliberações do  
CNAS

A LOAS dispõe que as ações de assistência social, no âmbito das entidades e organizações de assistência social deverão observar as normas expedidas pelo **Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)** e que o funcionamento dessas entidades e organizações de assistência social depende de **prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social**, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso, cabendo aos respectivos Conselhos a fiscalização dessas entidades.

**A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social**, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos.

As ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de **forma articulada**, cabendo a **coordenação e as normas gerais à esfera federal** e a **coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas**, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.



Conforme a Constituição Federal, **compete privativamente à União legislar sobre seguridade social, nela incluída a assistência social;**

Quando se tratar de **proteção e integração social das pessoas com deficiência** e de **proteção à infância e à juventude**, a matéria a ser legislada será de **competência concorrente** da União, dos Estados e do Distrito Federal.

## Compete à União:

I - **responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada** definidos no art. 203 da Constituição Federal;

II - **cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;**

III - **atender, em conjunto** com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às **ações assistenciais de caráter de emergência.**

IV - **realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social** e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para seu desenvolvimento.

## Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

O art. 12 da LOAS trata do **Índice de Gestão Descentralizada (IGD)**, que é um indicador desenvolvido pelo Ministério da Cidadania que **mostra a qualidade da gestão local do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único**, refletindo os compromissos assumidos por estados (**IGD-E**), Distrito Federal e municípios (**IGD-M**) ao aderirem ao programa.

Com base nesse indicador, o Ministério da Cidadania calcula o valor dos recursos financeiros que serão repassados aos entes federados, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Estadual de Assistência Social ou o Fundo Municipal de Assistência Social, respectivamente. Assim, esse cofinanciamento proporciona recursos que são incorporados como receita própria no orçamento de estados e municípios, para serem reinvestidos na gestão local do programa.

Conforme dispõe a LOAS, **a União apoiará financeiramente o aprimoramento à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social**, por meio do **Índice de Gestão Descentralizada (IGD)** do Sistema Único de Assistência Social (Suas), para a utilização no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, destinado a:

I - **medir os resultados da gestão descentralizada do Suas**, com base na atuação do gestor estadual, municipal e do Distrito Federal na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial;

II - **incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão** estadual, municipal e do Distrito Federal do Suas; e

III - **calcular o montante de recursos a serem repassados aos entes federados** a título de apoio financeiro à gestão do Suas.

Para fins de **fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social** dos Estados, Municípios e Distrito Federal, **percentual dos recursos transferidos deverá ser gasto com atividades de apoio**



**técnico e operacional** àqueles colegiados, na forma fixada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,



**sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de pessoal efetivo e de gratificações de qualquer natureza a servidor público estadual, municipal ou do Distrito Federal.**

### Compete aos Estados:

I - **destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais**, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;

II - **cofinanciar**, por meio de transferência automática, **o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local**;

III - **atender**, em conjunto com os Municípios, às **ações assistenciais de caráter de emergência**;

IV - **estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais** na prestação de serviços de assistência social;

V - **prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada**, no âmbito do respectivo Estado.

VI - **realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social** e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento.

### Compete ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - **destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais**;

II - **efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral**;

III - **executar os projetos de enfrentamento da pobreza**, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - **atender às ações assistenciais de caráter de emergência**;

V - **prestar os serviços assistenciais**;



VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;

VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.



Decorem isto:

**BPC:** é responsabilidade da União;

**Benefícios eventuais, auxílios natalidade e funeral:** quem paga são os municípios com recursos do Estado à título de participação;

**Ações de caráter de emergência:** responsabilidade dos três entes.

**Prestar serviços assistenciais:** responsabilidade dos três entes.

**Aprimoramento da gestão, monitoramento e avaliação da política:** responsabilidade dos três entes, cada qual em seu respectivo âmbito.

### Quais são as instâncias deliberativas do SUAS?

As instâncias deliberativas do Suas, de **caráter permanente e composição paritária** entre governo e sociedade civil, são:

I - o **Conselho Nacional de Assistência Social**;

II - os **Conselhos Estaduais de Assistência Social**;

III - o **Conselho de Assistência Social do Distrito Federal**;

IV - os **Conselhos Municipais de Assistência Social**.

Os Conselhos **estão vinculados ao órgão gestor de assistência social**, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, **inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros** representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

## Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

**Órgão superior de deliberação colegiada**, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, **nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos**, permitida uma única recondução por igual período.

Atenção: Não confundam!!

O órgão que coordena a PNAS é o Ministério. O CNAS é vinculado a essa estrutura.

O CNAS é composto por **18 membros** e respectivos suplentes, sendo:

- ✓ **nove representantes governamentais**, sendo 1 representante dos Estados e 1 dos Municípios;
- ✓ **nove representantes da sociedade civil**, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para **mandato de 1 (um) ano**, permitida uma única recondução por igual período.



**Notem que o mandato dos membros é de 2 anos!**

**Já o de presidente do Conselho é de apenas 1 ano!**

O **Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)** contará com uma **Secretaria Executiva**, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Os Conselhos com **competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária**, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação,



**deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica.**

No art. 18 da Lei Orgânica da Assistência Social, estão dispostas as **competências do Conselho Nacional de Assistência Social**. São elas:

I - aprovar a Política Nacional de Assistência Social;

II - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;

III - acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

IV - apreciar relatório anual que conterà a relação de entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal

V - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

VI - a partir da realização da II Conferência Nacional de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

VII - (*Vetado.*)

VIII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social;

IX - aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais eqüitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

X - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XI - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

XII - indicar o representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) junto ao Conselho Nacional da Seguridade Social;

XIII - elaborar e aprovar seu regimento interno;



XIV - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos.

No art. 19 estão elencadas das **competências do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social** (ou seja, o Ministério da Cidadania). São elas:

I - coordenar e articular as ações no campo da assistência social;

II - propor ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Política Nacional de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

III - prover recursos para o pagamento dos benefícios de prestação continuada definidos nesta lei;

IV - elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais da Seguridade Social;

V - propor os critérios de transferência dos recursos de que trata esta lei;

VI - proceder à transferência dos recursos destinados à assistência social, na forma prevista nesta lei;

VII - encaminhar à apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) relatórios trimestrais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos;

VIII - prestar assessoramento técnico aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades e organizações de assistência social;

IX - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

X - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições para a área;

XI - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

XII - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas sócio-econômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas;

XIII - expedir os atos normativos necessários à gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);



XIV - elaborar e submeter ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).



O parágrafo único do art. 19 traz uma inclusão recente trazida pela Lei nº 13.714/18.

Parágrafo único. A atenção integral à saúde, **inclusive a dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal**, nos termos desta Lei, **dar-se-á independentemente da apresentação de documentos que comprovem domicílio ou inscrição no cadastro no Sistema Único de Saúde (SUS)**, em consonância com a diretriz de articulação das ações de assistência social e de saúde a que se refere o inciso XII deste artigo.



**(COSEAC - 2019) De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/1993 -, as proteções sociais básica e especial serão ofertadas, respectivamente, nos:**

- A. Centros Municipais de Proteção à criança e ao adolescente.
- B. Conselhos Municipais e Estaduais e Assistência Social.
- C. Centros de Referência de Assistência Social e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social.
- D. Conselhos de Defesa da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.
- E. Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, Previdência e Assistência Social.

**Comentário:**

As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no **Centro de Referência de Assistência Social (Cras)** e no **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)**, respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social.

Para diferenciar, lembre-se que:

**Proteção Social Básica é no CRAS para prevenir e fortalecer vínculos.**

**Proteção Social Especial é no CREAS para reconstruir vínculos, em casos de violação de direitos.**



**Gabarito: letra C**

(CEV - URCA - 2019) Em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, as instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

- I – o Conselho Nacional de Assistência Social
- II – os Conselhos Estaduais de Assistência Social
- III – o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal
- IV – os Conselhos Municipais de Assistência Social

Estão corretos os itens:

- A. Apenas II, III e IV
- B. I, II, III e IV
- C. Apenas I, II e IV
- D. Apenas I e III
- E. Apenas II e III

**Comentários:**

De acordo com a Lei 8742/93 (LOAS), em seu art. 16, as instâncias deliberativas do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são:

- I - o Conselho Nacional de Assistência Social;
- II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social;
- III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.

**Gabarito: letra B**

(Instituto Excelência - 2019) Conforme a Lei orgânica da Assistência Social (LOAS), leia o artigo abaixo e complete a lacuna: Art. 17. Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de \_\_\_\_\_ anos, permitida uma única recondução por igual período.

- A. 2 (dois)
- B. 3 (três)
- C. 4 (quatro)
- D. Nenhuma das alternativas.

**Comentário:**



De acordo com a LOAS (8742/93), em seu art. 17, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é um órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, **têm mandato de 2 (dois) anos**, permitida uma única recondução por igual período.

Lembre-se sempre que:

**O mandato dos membros é de 2 anos!**

**Já o de presidente do Conselho é de apenas 1 ano!**

**Gabarito: letra A**

## 2.5 - Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social

### Do Benefício de Prestação Continuada

O art. 20 da LOAS dispõe sobre o **benefício de prestação continuada**, o chamado BPC, que é a garantia de **um salário-mínimo mensal**

- ✓ à **pessoa com deficiência e**
- ✓ **ao idoso com 65 anos ou mais**

que comprovem **não possuir meios** de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

### E quem é a família para fins do BPC?

A família, para fins de concessão do BPC, é diferente daquela família considerada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, em que considera todos os membros que moram sob o mesmo teto. Para o BPC,



a família é composta pelo **requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados**, desde que vivam sob o mesmo teto.



**Muito cuidado!**  
O **menor sob guarda não** compõe o grupo familiar.

## E qual é o critério de incapacidade econômica?

A legislação estabeleceu critérios para definir o que seria uma família hipossuficiente, ou seja, considerada incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou da pessoa idosa!

Este critério causou muitas controvérsias, recentes mudanças e vetos na LOAS! Então, vamos ficar bem atentos!

Veja, no quadro abaixo, as mudanças ocorridas no critério de renda, disposto no §3º do art. 20 da LOAS:

Mudanças na legislação sobre os critérios de renda				
Redação da LOAS, dada pela Lei nº 12.435 de 6 de junho de 2011.	Redação dada pela Lei nº 13.981, de 23 de março de 2020.	Incluído pela Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020.	Medida Provisória nº 1023, de 31 de dezembro de 2020.	Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021.
§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja <b>inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.</b>	§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja <b>inferior a 1/2 (meio) salário-mínimo.</b>	§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja:  <b>I - igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo, até 31 de dezembro de 2020;</b>  <del>II - igual ou inferior a 1/2 (meio) salário-mínimo, a partir de 1º de janeiro de 2021. (VETADO).</del>	§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja:  <b>I - inferior a um quarto do salário mínimo;</b>	§ 3º Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro de que trata o caput deste artigo a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita <b>igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.</b>

Perceba que na alteração trazida pela Lei nº 13.982/20 houve o veto do Presidente da República impedindo a elevação do limite de renda para até 1/2 salário mínimo. A Presidência da República também recorreu ao Supremo Tribunal Federal alegando que a propositura legislativa, ao elevar o limite de renda familiar per capita, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, aumento de despesa sem indicação da respectiva fonte de custeio (art. 195, § 5º, CF) e omissão quanto aos respectivos impactos orçamentários e financeiros (art. 113 do ADCT).



Assim, o STF decidiu por "**suspender a eficácia** do art. 20, § 3º, da Lei 8.742, na redação dada pela **Lei 13.981, de 24 de março de 2020, enquanto não sobrevier a implementação de todas as condições** previstas no art. 195, §5º, da CF, art. 113 do ADCT, bem como nos arts. 17 e 24 da LRF e ainda do art. 114 da LDO"<sup>1</sup>.

Assim, criou-se uma lacuna na legislação pois a legislação previa um critério de renda somente até 31 de dezembro de 2020. Desta forma, foi publicada a **Medida Provisória nº 1.023**, de 31 de dezembro de 2020, alterando novamente o critério de renda a partir de 1º de janeiro de 2021 até a publicação da **Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021**, que voltou a definir a renda per capita em até 1/4 do salário mínimo.

### Então, agora o que está valendo como critério de renda para fins de BPC?



Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa **a família cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 do salário-mínimo.**

Uma **mudança muito importante trazida pela Lei 13.982/20** foi a de que

**o benefício de prestação continuada (BPC) ou o benefício previdenciário no valor de até 1 salário-mínimo** concedido a idoso ou pessoa com deficiência **não será computado** no cálculo da renda, para fins de concessão do BPC **a outro idoso ou pessoa com deficiência** da mesma família.

O benefício de prestação continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos na Lei.

**Também não serão computados** para os fins de cálculo da renda familiar per capita os rendimentos decorrentes de

- ✓ **estágio supervisionado e**
- ✓ **de aprendizagem**

### E quem pode ser considerada pessoa com deficiência?

<sup>1</sup> ADPF 662 MC / DF. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342832909&ext=.pdf>





Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem **impedimento de longo prazo** de natureza **física, mental, intelectual ou sensorial**, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

**Considera-se impedimento de longo prazo, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.**

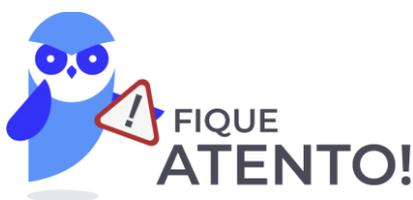
Para realizar a avaliação da deficiência e o grau de impedimento, será realizada **avaliação médica e avaliação social** realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. E caso não existam serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura.

O BPC **não pode ser acumulado** pelo beneficiário **com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo**

- ✓ os da **assistência médica** e
- ✓ da **pensão especial de natureza indenizatória**.



A condição de **acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica** o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.



São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições

- ✓ **no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)** e
- ✓ **no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único.** (Art. 20 § 12. Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

## Revisão, suspensão e cessação do BPC

**Revisão:** O BPC deve ser revisto **a cada 2 anos** para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

**Cessaçãõ:** O pagamento do benefício **cessa quando forem superadas as condições** que lhe deram origem ou **em caso de morte do beneficiário**.

A **cessaçãõ** do benefício de prestação continuada concedido à pessoa com deficiência **não impede nova concessãõ do benefício**, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento.

**Cancelamento:** O benefício será cancelado **quando se constatar irregularidade** na sua concessãõ ou utilizaçãõ.

**Suspensãõ:** O BPC será suspenso quando a pessoa com deficiência **exercer atividade remunerada, inclusive** na condiçãõ de **microempreendedor individual**.

**Quando a relaçãõ trabalhista ou a atividade empreendedora for extinta**, encerrado o prazo de pagamento do seguro-desemprego e não tendo o beneficiário adquirido direito a qualquer benefício previdenciário, **poderá ser requerida a continuidade do pagamento do benefício suspenso, sem necessidade de realizaçãõ de perícia médica ou reavaliaçãõ da deficiência e do grau de incapacidade** para esse fim, respeitado o período de revisãõ de 2 anos.

O **desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais** e a **realizaçãõ de atividades não remuneradas de habilitaçãõ e reabilitaçãõ**, entre outras, **não constituem motivo de suspensãõ ou cessaçãõ** do benefício da pessoa com deficiência.



A contrataçãõ de pessoa com deficiência como **aprendiz não acarreta a suspensãõ do benefício de prestaçãõ continuada, limitado a 2 anos o recebimento concomitante** da remuneraçãõ e do benefício.

## Do Auxílio-Inclusãõ

A Lei nº 14.176/21 trouxe a regulamentaçãõ do Auxílio-Inclusãõ, já previsto no art. 94 do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Terá direito ao benefício a pessoa com **deficiência moderada ou grave** que, cumulativamente:



- receba o BPC e que passe a exercer **atividade remunerada limitada a 2 salários mínimos**, como segurado obrigatório do RGPS ou de Regime Próprio de Previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- tenha **inscrição atualizada no CadÚnico** no momento do requerimento do auxílio-inclusão;
- tenha **inscrição regular no CPF**; e
- **atenda aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada**, incluídos os critérios relativos à renda familiar mensal per capita exigida para o acesso ao benefício.

Para fins de cálculo da renda per capita, serão desconsideradas:

- as remunerações obtidas pelo requerente em decorrência de exercício de atividade laboral, desde que o total recebido no mês seja igual ou inferior a 2 salários-mínimos; e
- as rendas oriundas dos rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem.

O valor do auxílio-inclusão recebido por um membro da família não será considerado no cálculo da renda familiar mensal per capita para fins de concessão e de manutenção de outro auxílio-inclusão no âmbito do mesmo grupo familiar.

O valor do auxílio-inclusão será de **50% do valor do BPC**. E ao requerer o benefício, o beneficiário estará autorizando a suspensão do BPC, pois **não podem ser acumulados**. Também não pode ser acumulado com aposentadoria, pensões ou benefícios por incapacidade pagos por qualquer regime de previdência social e seguro-desemprego.

Aqueles que receberam o BPC nos **5 anos imediatamente anteriores** ao exercício da atividade e que tiveram o benefício suspenso também poderão receber o auxílio-inclusão, sem retroatividade no pagamento.

O auxílio-inclusão não está sujeito a desconto de qualquer contribuição e não gera direito a pagamento de abono anual. Compete ao Ministério da Cidadania a gestão do benefício, e ao INSS a sua operacionalização e pagamento.

## Dos Benefícios Eventuais

O art. 22 da LOAS trata dos **benefícios eventuais** que são as **provisões suplementares e provisórias** que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de

- ✓ **nascimento,**



- ✓ morte,
- ✓ situações de vulnerabilidade temporária e
- ✓ de calamidade pública.

A concessão e o valor dos benefícios serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

O CNAS, ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das 3 (três) esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% do salário-mínimo para cada criança de até 6 anos de idade.

Os benefícios eventuais subsidiários **não poderão ser cumulados** com aqueles instituídos pelas Leis no 10.954, de 29 de setembro de 2004, e no 10.458, de 14 de maio de 2002.

Ou seja,

Não poderão ser cumulados com:

- Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem;
- Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres.



(Quadrix - 2019) Com relação ao benefício de prestação continuada, previsto na LOAS, assinale a alternativa correta.

- A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz não acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, sendo limitado a dois anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício.
- Considera-se como incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a um terço do salário-mínimo.
- A revisão da concessão do benefício de prestação continuada será realizada a cada cinco anos, para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.



D. O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais da pessoa com deficiência e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício.

E. A cessação do benefício de prestação continuada concedido à pessoa com deficiência impedirá nova concessão do benefício, sob quaisquer circunstâncias.

#### Comentário:

Vamos analisar cada alternativa:

A) A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz não acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 2 (dois) anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício. **Correta. Esta é uma exceção trazida na LOAS em que é possível o acúmulo do benefício com a remuneração do trabalho de aprendiz, limitado a 2 anos. (Art. 21 A, § 2)**

B. Considera-se como incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a um terço do salário-mínimo. **Errado. A renda mensal per capita deve ser igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo.**

C. A revisão da concessão do benefício de prestação continuada será realizada a cada cinco anos, para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. **Errado. A revisão se dará a cada 2 anos.**

D) O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, entre outras, constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício da pessoa com deficiência. **Errado. Não constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício da pessoa com deficiência.**

E) E. A cessação do benefício de prestação continuada concedido à pessoa com deficiência impedirá nova concessão do benefício, sob quaisquer circunstâncias. **Errado. A cessação do benefício de prestação continuada concedido à pessoa com deficiência não impede nova concessão do benefício, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento.**

#### Gabarito: letra A

**(Quadrix - 2019) Os benefícios eventuais, previstos na LOAS, são provisões suplementares e provisórias que integram as garantias do SUAS. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta situação em que não é contemplado o direito de receber esse benefício.**

- A. morte
- B. nascimento
- C. vulnerabilidade temporária
- D. vulnerabilidade crônica
- E. calamidade pública

#### Comentário:

Segundo a LOAS (8742/93), em seu art. 22, entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de **nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública**. Vulnerabilidade crônica não está entre as situações contempladas na lei.



## Dos Serviços

Segundo a LOAS, em seu art. 23, entendem-se por **serviços socioassistenciais** as **atividades continuadas** que **vise à melhoria de vida da população** e com **ações voltadas para as necessidades básicas** e a **criação de programas de amparo**, entre outros:

I - **às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social**, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e no ECA;

II - **às pessoas que vivem em situação de rua**.

Vejam o que diz o art. 227 da Constituição Federal:



Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

## Dos Programas de Assistência Social

Os **programas de assistência social** compreendem **ações integradas e complementares** com **objetivos, tempo e área de abrangência definidos** para

- ✓ qualificar,
- ✓ incentivar e
- ✓ melhorar

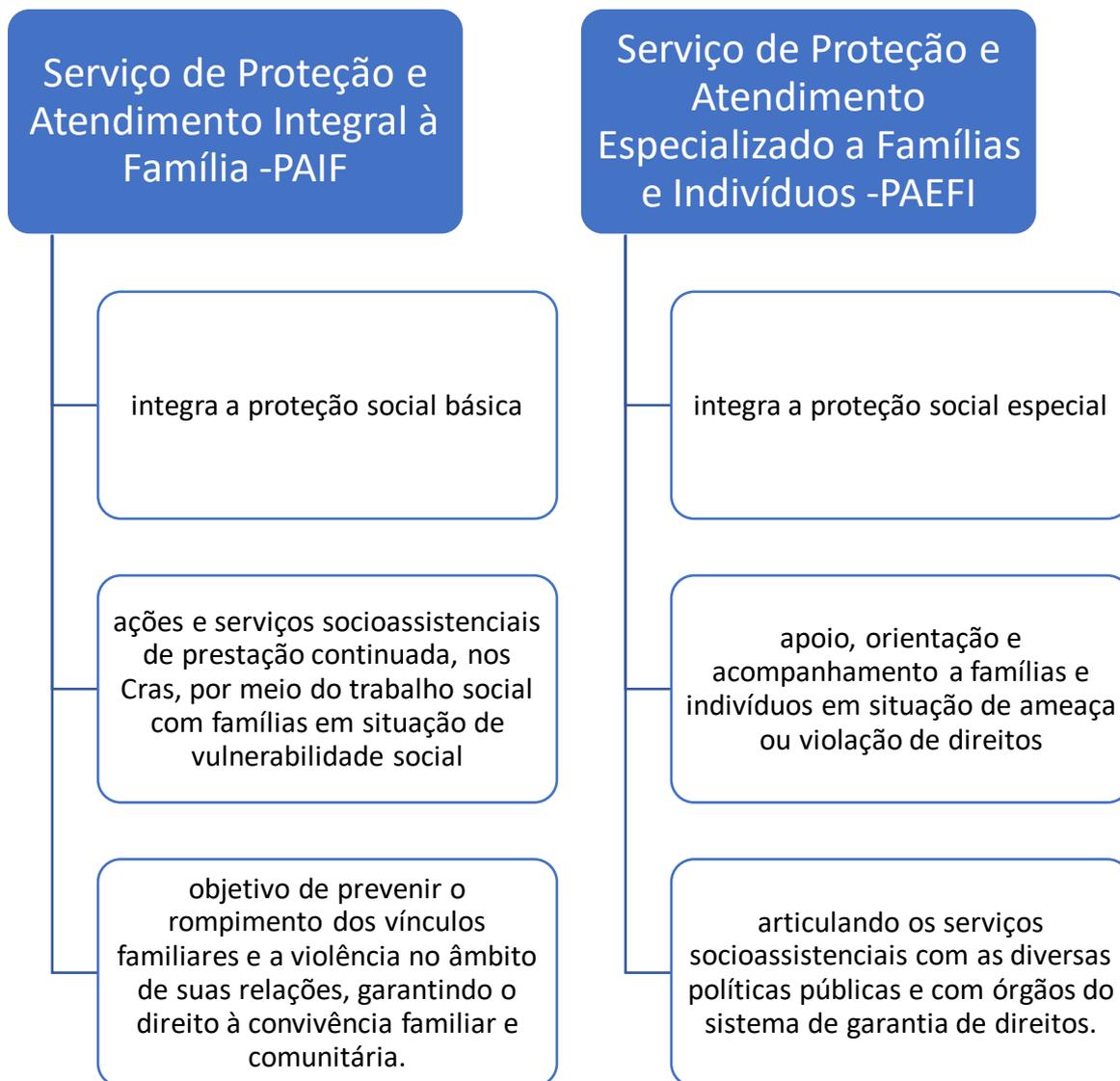


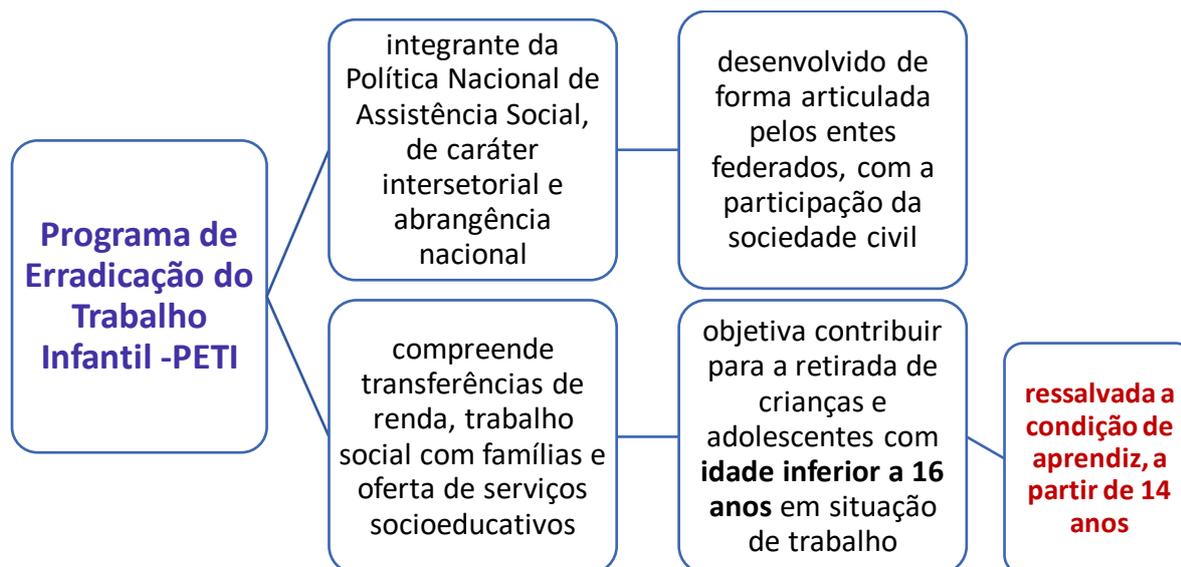
os benefícios e os serviços assistenciais

Os programas **serão definidos** pelos respectivos **Conselhos de Assistência Social**, com **prioridade para a inserção profissional e social**.

Os programas voltados para **o idoso** e a **integração da pessoa com deficiência** serão devidamente articulados com o BPC.

Dentre os programas, temos:





No PETI, todas as crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil.

### Dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza

Os **projetos de enfrentamento da pobreza** compreendem a instituição de **investimento econômico-social nos grupos populares**, buscando **subsidiar, financeira e tecnicamente**, iniciativas que lhes garantam **meios, capacidade produtiva e de gestão** para melhoria

- ✓ das condições gerais de subsistência,
- ✓ elevação do padrão da qualidade de vida,
- ✓ a preservação do meio-ambiente e
- ✓ sua organização social.

O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de **articulação e de participação** de **diferentes áreas governamentais** e em **sistema de cooperação** entre

- ✓ organismos governamentais,
- ✓ não governamentais e
- ✓ da sociedade civil.



**(CEPS - UFPA - 2018) De acordo com a Lei nº 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é correto afirmar sobre os Programas de Assistência Social:**

- A. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) tem o objetivo de garantir o direito à convivência familiar e comunitária, prevenindo o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações.
- B. Os programas voltados ao idoso e à integração da pessoa com deficiência serão definidos pelos Conselhos de Assistência Social, independentemente do benefício de prestação continuada e serviços socioassistenciais.
- C. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) terá abrangência nacional e será desenvolvido pela União Federal visando à retirada de crianças e adolescentes entre 14 (quatorze) e 16 (dezesesseis) anos em situação de trabalho.
- D. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), cujas diretrizes e procedimentos estão previstos na LOAS, integra a proteção social especial e articula os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas.
- E. As crianças e os adolescentes em situação de trabalho, inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), não terão as situações de trabalho identificadas, para preservação da dignidade.

**Comentário:**

A questão exige conhecimento sobre os programas de assistência social dispostos na LOAS. Vamos analisar as alternativas:

**A. Correto.** O PAIF faz parte da proteção social básica e visa garantir o direito à convivência familiar e comunitária, prevenindo o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações.

**B. Errado.** Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o BPC.

**C. Errado.** O PETI, desenvolvido de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil, visa a retirada de crianças e adolescentes menores 16 anos em situação de trabalho.

**D. Errado.** O PAEFI integra a proteção social especial e articula os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas, porém a alternativa fica errada ao afirmar que diretrizes e procedimentos estão previstos na LOAS. Na verdade as diretrizes e procedimentos serão definidas em regulamento, conforme aponta o parágrafo único do art 24-B da LOAS.

**E. Errado.** No PETI, todas as crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil.

**Gabarito: letra A**

**(UFPA - 2017) A respeito dos programas de assistência social disciplinados na Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) é CORRETO afirmar que**



- A. o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de abrangência nacional e caráter intersetorial, integra a Política Nacional de Assistência Social e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados e com a participação da sociedade civil.
- B. os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares que visam a melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, sendo definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social e observados pelos demais entes federativos.
- C. a LOAS instituiu o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).
- D. os programas de assistência social direcionados ao idoso, bem como os voltados para a integração da pessoa com deficiência, deverão ser devidamente articulados com os respectivos estatutos e com os benefícios eventuais.
- E. o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) integra a proteção social básica e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

#### Comentário:

Vamos analisar as alternativas:

- A. Correto.** O PETI tem abrangência nacional e caráter intersetorial, integra a Política Nacional de Assistência Social e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados e com a participação da sociedade civil.
- B. Errado.** Os programas **serão definidos** pelos respectivos **Conselhos de Assistência Social**, e não pelo Conselho Nacional.
- C. Errado.** O **PAIF é ofertado no CRAS** e não no CREAS.
- D. Errado.** Os programas voltados para **o idoso** e a **integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o BPC**.
- E. Errado.** O PAEFI integra a proteção Especial (CREAS).

**Gabarito: letra A**

## 2.6 - Do Financiamento da Assistência Social

A partir da LOAS, o **Fundo Nacional de Ação Comunitária (Funac)**, instituído pelo Decreto nº 91.970, de 22 de novembro de 1985, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, **foi transformado no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)**.

A referida lei determina que o **financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos** será feito com

- ✓ os **recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**,



- ✓ das **demais contribuições sociais** previstas no art. 195 da Constituição Federal<sup>2</sup>,
- ✓ além daqueles que compõem o **Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)**.



### E quem deve gerir o Fundo Nacional de Assistência Social?

Cabe ao **órgão da Administração Pública** responsável pela **coordenação da Política de Assistência Social nas 3 (três) esferas** de governo **gerir o Fundo de Assistência Social**, sob

- ✓ orientação e
- ✓ controle

dos respectivos Conselhos de Assistência Social.

O **financiamento da assistência social no Suas** deve ser efetuado **mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados**, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social ser voltados à

- ✓ operacionalização,
- ✓ prestação,
- ✓ aprimoramento e
- ✓ viabilização

dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política

Os **recursos de responsabilidade da União** destinados à assistência social **serão automaticamente repassados ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)**, à medida que se forem realizando as receitas. Já os **recursos destinados ao financiamento do BPC poderão ser repassados diretamente ao INSS**, órgão responsável pela sua execução e manutenção.

<sup>2</sup> Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019*)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.



## E quais são as condições para o repasse de recursos?

Conforme o art. 30 da LOAS, é condição para os repasses dos recursos aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, a efetiva instituição e funcionamento de:

- ✓ **Conselho de Assistência Social**, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
- ✓ **Fundo de Assistência Social**, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;
- ✓ **Plano de Assistência Social**.

É, ainda, condição para transferência de recursos do FNAS aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

- ✓ **a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social**, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999.

O **cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais**, no que couber, e o **aprimoramento da gestão da política de assistência social no Suas** se efetuam por meio de

- ✓ transferências automáticas entre os fundos de assistência social e
- ✓ mediante alocação de recursos próprios nesses fundos nas 3 esferas de governo.

As transferências automáticas de recursos entre os fundos de assistência social efetuadas à conta do orçamento da seguridade social, conforme o art. 204 da Constituição Federal, caracterizam-se como **despesa pública com a seguridade social**.

**Caberá ao ente federado responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo de Assistência Social**

- ✓ o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios,

por meio dos **respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos**.

A utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal **será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente**, mediante

- ✓ **relatório de gestão** submetido à **apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social**, que comprove a execução das ações na forma de regulamento.

Os **entes transferidores poderão requisitar informações** referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, **para fins de análise e acompanhamento** de sua boa e regular utilização.





**(FADESP - 2018) A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS –, de 1993, define como exigência para o repasse dos recursos da assistência social para os municípios, estados e o distrito federal, a efetiva instalação e funcionamento dos seguintes elementos:**

- (A) do Conselho de Assistência Social de caráter consultivo e com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- (B) do Conselho de Assistência Social com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social gerido contabilmente pelo Conselho de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- (C) do Conselho de Assistência Social com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- (D) do Conselho de Assistência Social com composição tripartite entre governo, sociedade civil e trabalhadores da área, do Fundo de Assistência Social e do Comando Único da Assistência Social.
- (E) do Conselho de Assistência Social de caráter consultivo e composição paritária entre governo e sociedade civil, do Comando Único da Assistência Social e do Plano de Assistência Social.

**Comentário:**

Conforme o art. 30 da LOAS, é condição para os repasses dos recursos aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, a efetiva instituição e funcionamento de:

- **Conselho de Assistência Social**, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
- **Fundo de Assistência Social**, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;
- **Plano de Assistência Social**.

**Gabarito: letra C**

**(CESPE - 2014) No que se refere à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), julgue o próximo item.**

Com a transformação do Fundo Nacional de Combate à Fome em Fundo Nacional de Assistência Social, os estados, o DF e os municípios ficaram dispensados da exigência de comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à assistência social, alocados em seus respectivos fundos de assistência social.

( ) Certo      ( ) Errado

**Comentário:**

De acordo com o artigo 30, parágrafo único, da Lei 8742/93 (LOAS):



É condição para transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a **comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social**, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999.

**E atenção:**

Também é condição para os repasses dos recursos, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, a efetiva **instituição e funcionamento** de:

- Conselho de Assistência Social;
- Fundo de Assistência Social;
- Plano de Assistência Social.



**DICA DE MNEMÔNICO:  
CON FUNDO PLANO**

**Gabarito: Errado.**

## 2.7 - Das Disposições Gerais e Transitórias

Conforme art. 31 da LOAS, **cabe ao Ministério Público** zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos nesta lei.

**Cabe ao órgão da Administração Pública Federal** responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social **operar os benefícios de prestação continuada** de que trata esta lei, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento.



**ESCLARECENDO!**

O regulamento que define as formas de comprovação do direito ao BPC, as condições de sua suspensão, os procedimentos em casos de curatela e tutela e o órgão de credenciamento, de pagamento e de fiscalização, dentre outros aspectos, estão dispostos no **Decreto 6.214/07**.

O BPC será devido após o cumprimento, pelo requerente, de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para a sua concessão, inclusive apresentação da documentação necessária,



**devendo o seu pagamento ser efetuado em até 45 dias** após cumpridas as exigências. Após esse prazo, será utilizado o mesmo critério adotado pelo INSS na atualização do primeiro pagamento de benefício previdenciário em atraso.

As entidades e organizações de assistência social que **incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos** que lhes foram repassados pelos poderes públicos **terão a sua vinculação ao Suas cancelada**, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

O **Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)**, por decisão da **maioria absoluta** de seus membros, **respeitados o orçamento da seguridade social e a disponibilidade do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)**, poderá propor ao Poder Executivo a alteração dos limites de renda mensal per capita do BPC e dos benefícios eventuais.

Com a implantação do BPC e dos benefícios eventuais, **extinguem-se**

- ✓ a **renda mensal vitalícia**,
- ✓ o **auxílio-natalidade** e
- ✓ o **auxílio-funeral**.

A LOAS assegura ao maior **70 anos** e ao **inválido** o direito de **requerer a renda mensal vitalícia** junto ao INSS **até 31 de dezembro de 1995**.

Os benefícios monetários:

- ✓ Benefícios Eventuais,
- ✓ PETI e
- ✓ Programas de Enfrentamento à Pobreza

serão pagos **preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar**, quando cabível.



**(CESPE - 2013) Com base nas políticas de seguridade social, julgue o item seguinte.**

A implantação da Lei Orgânica de Assistência Social acarretou a extinção de alguns benefícios existentes anteriormente no âmbito da previdência social, quais sejam: renda mensal vitalícia, auxílio-natalidade e auxílio-funeral.

**Comentário:**

Com a implantação do BPC e dos benefícios eventuais, ocorreu a transferência dos beneficiários do sistema previdenciário para a assistência social e foram extintos o auxílio-natalidade, o auxílio-funeral e a renda mensal vitalícia (RMV).



Gabarito: Correto

### 3 – Considerações Finais

Parabéns! Chegamos ao final de mais uma aula! Este conteúdo é de extrema importância, tanto para o exercício profissional, quanto para realização de concursos públicos.

Abordamos sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, mais conhecida como a LOAS e seus dispositivos: os princípios, objetivos, diretrizes e organização da Assistência Social, bem como sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os Benefícios Eventuais e os Serviços e Programas de Assistência Social e Projetos de enfrentamento à pobreza.

A seguir você terá um resumo dos principais pontos tratados nesta aula, o que facilitará na hora de revisar futuramente!

Agora é hora de treinar e ficar craque na resolução de questões sobre o tema abordado nesta aula! Recomendo que tente resolver as questões ao final do pdf e, só depois acesse as questões comentadas que disponibilizarei a seguir!

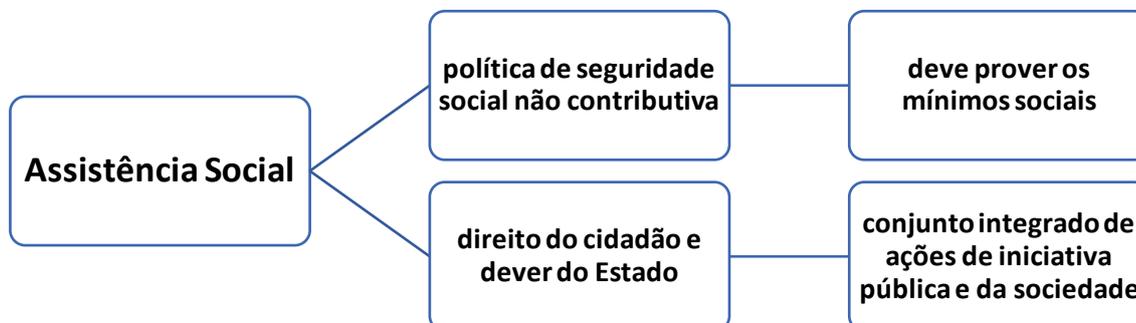
Bom treino e até a próxima aula!

Nilza Ciciliati



## RESUMO

### DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DA LOAS:



## Objetivos da assistência social

**a proteção social**, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

**a vigilância socioassistencial**, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

**a defesa de direitos**, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.



## ○ ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

### Atendimento

- aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e **concedem benefícios de prestação social básica ou especial**, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.

### Assessoramento

- aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o **fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças**, dirigidos ao público da política de assistência social.

### Defesa e garantia de direitos

- aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a **defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais**, construção de novos direitos, **promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos**, dirigidos ao público da política de assistência social.

É importante que você saiba diferenciar cada uma delas, pois é um assunto muito cobrado em provas! Para diferenciá-las, lembre-se das palavras chaves:

**Atendimento:** concedem benefícios de prestação social básica ou especial;

**Assessoramento:** fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários;

**Defesa:** defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, promoção da cidadania e enfrentamento das desigualdades sociais.



○ DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES:

### PRINCÍPIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**S**upremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

**U**niversalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

**R**espeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

**I**gualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

**D**ivulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

### DIRETRIZES DA ORGANIZAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL

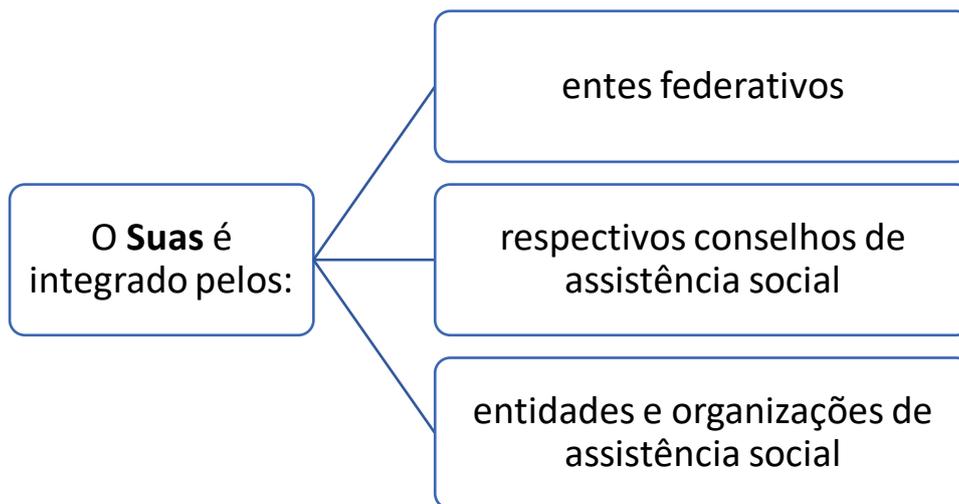
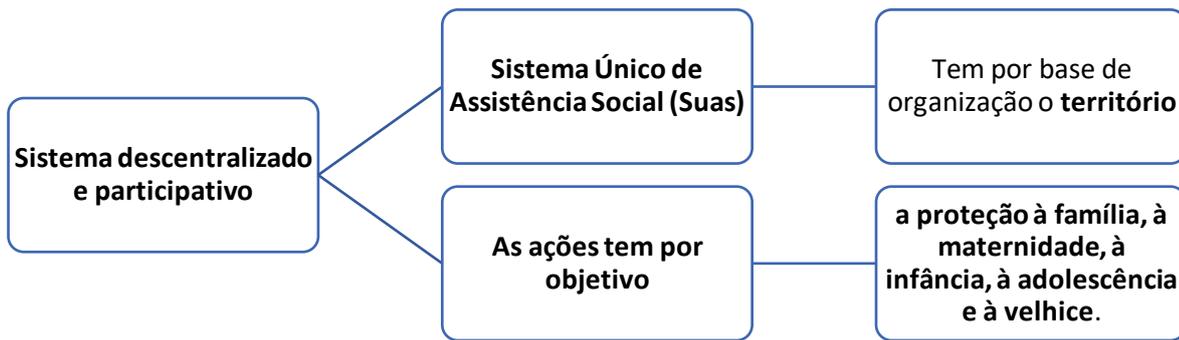
**Desce**ntralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

**Parti**cipação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

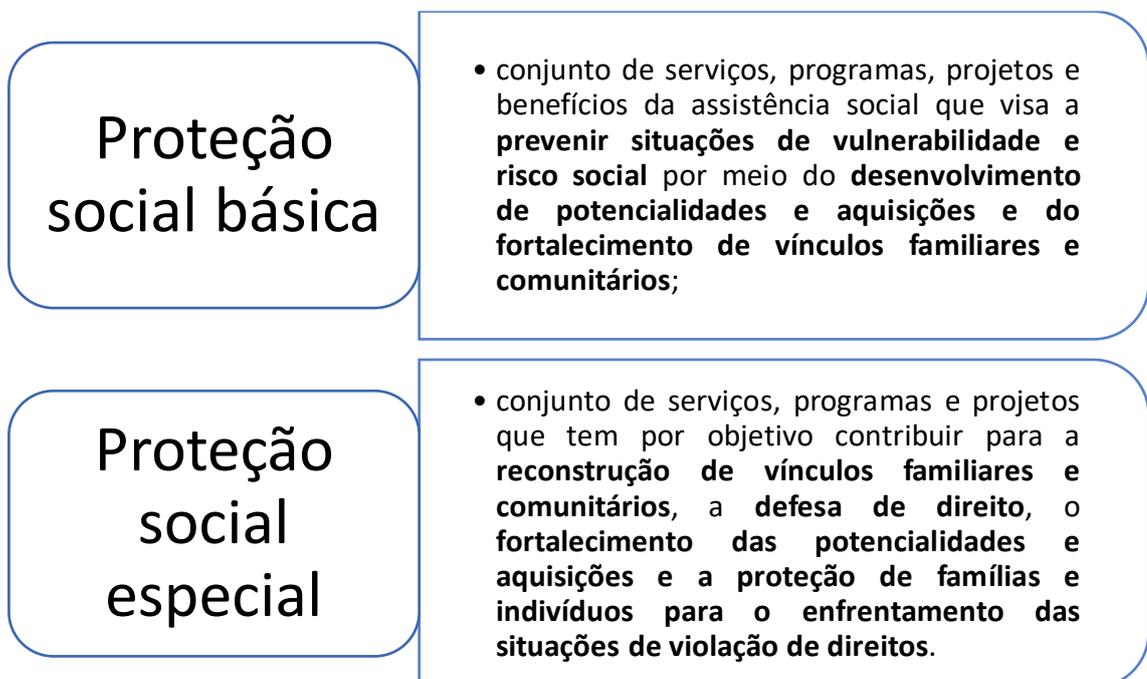
**Prima**ria da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.



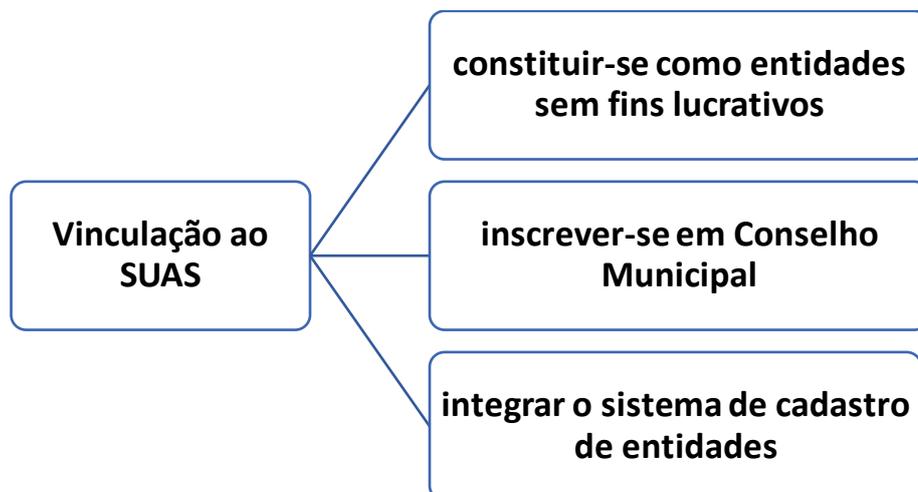
○ DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO:



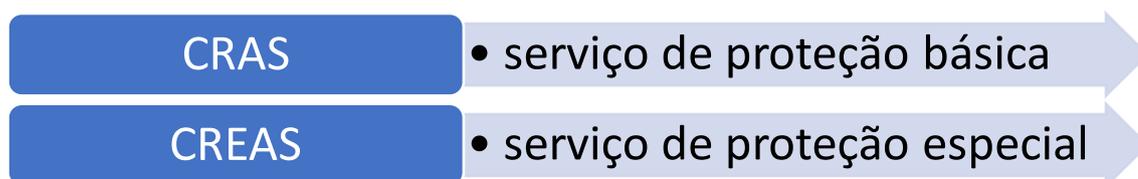
Tipos de proteção:



## Vinculação ao SUAS - Reconhecimento das entidades integrantes da rede socioassistencial



Os serviços de proteção básica e especial no CRAS e NO CREAS:



é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.



é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em **situação de risco pessoal ou social**, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

**Cras** - Atua na **prevenção** de vulnerabilidades e situações de risco.

**Creas** - Atua na proteção social das famílias que **já se encontram em situação de risco**.

## COMPETÊNCIAS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

**BPC:** é responsabilidade da União;

**Benefícios eventuais, auxílios natalidade e funeral:** quem paga são os municípios com recursos do Estado à título de participação;

**Ações de caráter de emergência:** responsabilidade dos três entes.

**Prestar serviços assistenciais:** responsabilidade dos três entes.

**Aprimoramento da gestão, monitoramento e avaliação da política:** responsabilidade dos três entes, cada qual em seu respectivo âmbito.

## Instâncias deliberativas do SUAS

As instâncias deliberativas do Suas, de **caráter permanente e composição paritária** entre governo e sociedade civil, são:

- I - o **Conselho Nacional de Assistência Social**;
- II - os **Conselhos Estaduais de Assistência Social**;
- III - o **Conselho de Assistência Social do Distrito Federal**;
- IV - os **Conselhos Municipais de Assistência Social**.

## Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

O CNAS é composto por **18 membros** e respectivos suplentes, sendo:

- ✓ **nove representantes governamentais**, sendo 1 representante dos Estados e 1 dos Municípios;
- ✓ **nove representantes da sociedade civil**, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.



**O mandato dos membros é de 2 anos!**

**Já o de presidente do Conselho é de apenas 1 ano!**

## ○ Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social:

### Do Benefício de Prestação Continuada

- ✓ à pessoa com deficiência e
- ✓ ao idoso com 65 anos ou mais



a família cuja renda mensal per capita seja **igual ou inferior a 1/4** do salário-mínimo.

#### **Não serão computados na renda**

- estágio supervisionado e
- de aprendizagem (até o limite de 2 anos)
- **BPC ou benefício previdenciário até 1 salário mínimo.**

O BPC **não pode ser acumulado** pelo beneficiário **com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime**, salvo

- ✓ os da **assistência médica** e
- ✓ da **pensão especial de natureza indenizatória**.

#### **Pessoa com deficiência:**

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem **impedimento de longo prazo (mínimo de 2 anos)** de natureza **física, mental, intelectual ou sensorial**.

### Revisão, suspensão e cessação do BPC

**Revisão:** a cada 2 anos

**Cessaçãõ:** quando forem superadas as condições que lhe deram origem ou **em caso de morte do beneficiário**. Não impede nova concessão do benefício

**Cancelamento:** quando se constatar **irregularidade** na sua concessão ou utilização.

**Suspensão:** quando a pessoa com deficiência **exercer atividade remunerada, inclusive** na condição de **microempreendedor individual**.



## Auxílio Inclusão

**Tem direito:** pessoa com deficiência **moderada** ou **grave** que:

- recebia o BPC e começou a trabalhar ganhando até 2 salários mínimos mensais;
- Esteja inscrita no CadÚnico e tenha CPF regularizado;
- Atenda aos critérios de concessão do BPC, inclusive os de renda familiar

## Dos Benefícios Eventuais

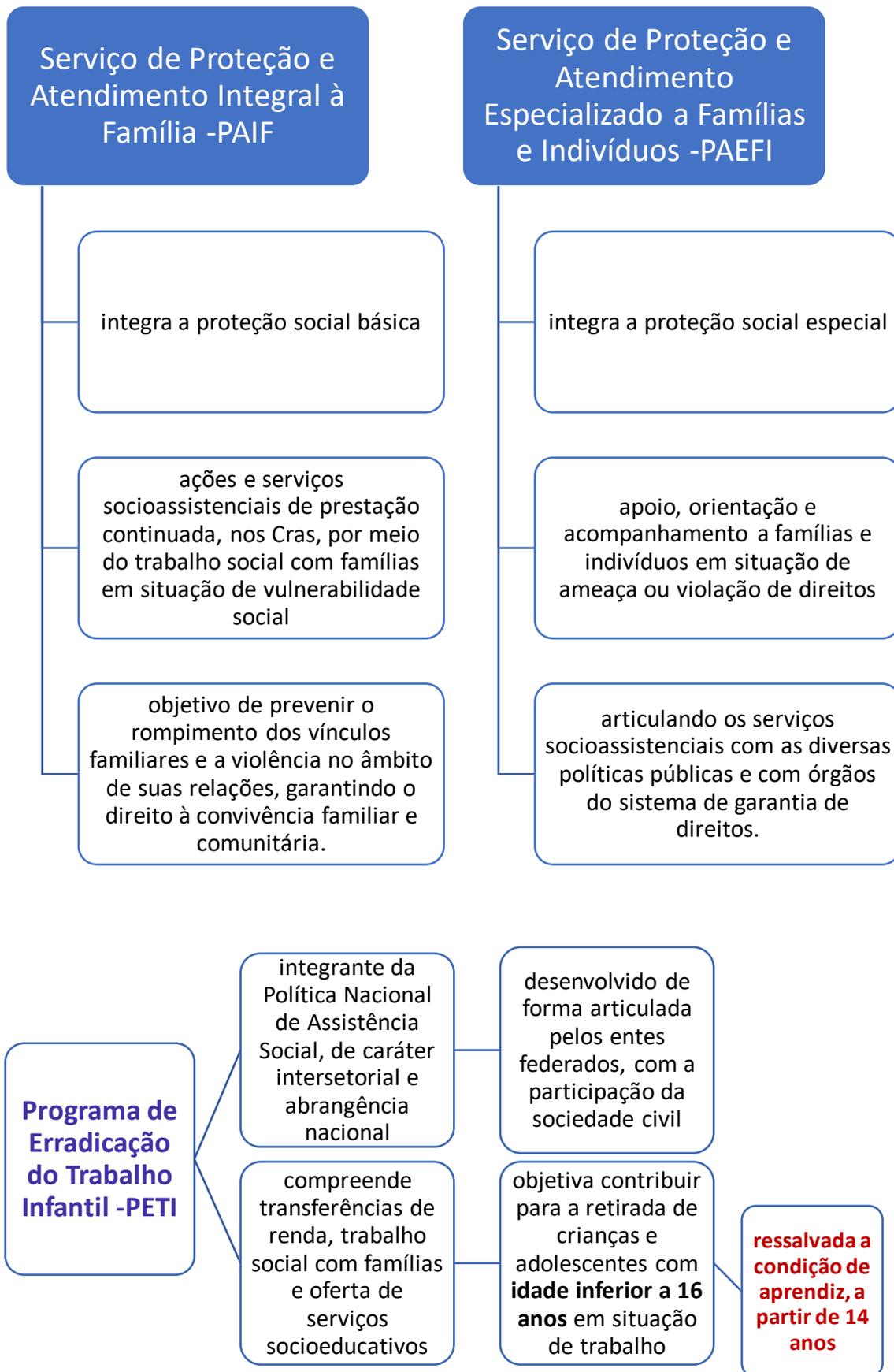
- **provisões suplementares e provisórias;**

em virtude de

- ✓ **nascimento,**
- ✓ **morte,**
- ✓ **situações de vulnerabilidade temporária e**
- ✓ **de calamidade pública.**

## Dos Programas de Assistência Social





## Do Financiamento da Assistência Social

O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos será feito com

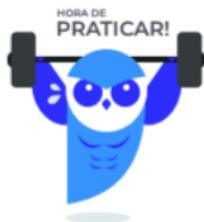
- ✓ os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,
- ✓ das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal,
- ✓ além daqueles que compõem o **Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)**.

### Condições para o repasse de recursos:

- ✓ **Conselho de Assistência Social**, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
- ✓ **Fundo de Assistência Social**, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;
- ✓ **Plano de Assistência Social**.
- ✓ a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social.



## QUESTÕES COMENTADAS



### QUESTÕES COMENTADAS CESPE

1. (CESPE/CEBRASPE - 2020) Considere os seguintes objetivos.

I proteção à velhice

II vigilância nutricional e orientação alimentar

III promoção da integração ao mercado de trabalho

IV acesso universal e igualitário

V atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas

De acordo com a legislação da seguridade social vigente, são objetivos da assistência social no Brasil apenas

A. I e II.

B. I e III.

C. II e IV.

D. III e V.

E. IV e V.

#### Comentário:

Segundo o art. 2º da LOAS, a assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a **proteção** à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à **velhice**;



- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a **promoção da integração ao mercado de trabalho;**
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

**Gabarito: letra B**

**2. (CESPE/CESBRASPE - 2019) À luz da Constituição Federal de 1988 e das leis da seguridade social, julgue o item a seguir.**

A Lei Orgânica da Assistência Social institui o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cujo objetivo é retirar da situação de trabalho crianças e adolescentes com idade inferior a dezesseis anos.

( ) Certo                      ( ) Errado

**Comentário:**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes **menores de 16 anos** das situações de trabalho, **exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos**. O programa também assegura a transferência direta de renda às famílias, oferece a inclusão das crianças e dos jovens em serviços de orientação e acompanhamento, em contrapartida, a frequência escolar é exigida.

**Gabarito: Certo**

- 3. (CESPE/CEBRASPE - 2019) Sandra, de dezesseis anos de idade, foi admitida em um centro socioeducativo de internação feminino. No acolhimento, o assistente social que a atendeu identificou os principais elementos da história de vida da adolescente: seus pais morreram quando ela ainda era bebê, por isso foi criada por sua avó paterna, Janete, atualmente com setenta anos de idade, com quem ainda reside. A avó é tutora de Sandra e de outros três netos menores de idade, que são as únicas pessoas que moram com ela. A renda da família é de um salário mínimo, proveniente de pensão especial indenizatória a que Janete tem direito. Sandra está grávida de doze semanas e seu namorado, Pedro, de vinte e oito anos de idade, usuário**



**de drogas e genitor do nascituro, cumpre pena em regime fechado por tráfico de drogas. A partir dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.**

A renda per capita da família de Janete é inferior a um quarto do salário mínimo, assim, com respaldo na Lei Orgânica da Assistência Social, Janete faz jus ao benefício de prestação continuada.

( ) Certo                      ( ) Errado

**Comentário:**

No caso de Janete, idosa de **mais de 65 anos de idade, é possível o acúmulo do benefício de pensão especial de natureza indenizatória com o benefício de prestação continuada**, conforme previsto no § 4º do art. 20 da LOAS. De acordo com o art. 20 dessa Lei, o benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos de idade ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Conforme § 3.º desse mesmo artigo, considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo.

O gabarito preliminar da questão foi dado como **CERTO**, porém, em recurso, a Banca CESPE resolveu **anular** a questão com a seguinte justificativa:

"A partir das informações contidas em situação hipotética apresentada para julgamento da assertiva, não é possível determinar, objetivamente, se Janete faz jus ao benefício em questão."

**Gabarito: de CERTO p/ ANULADA**

**4. (CESPE/CEBRASPE – 2019) À luz da Constituição Federal de 1988 e das leis da seguridade social, julgue o item a seguir.**

O Conselho Nacional de Assistência Social, de composição paritária, tem caráter permanente e deliberativo, e suas decisões devem ser divulgadas no Diário Oficial da União.

( ) Certo                      ( ) Errado

**Comentário:**

De acordo com os artigos 17 e 18 da LOAS, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), **órgão superior de deliberação colegiada**, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

São ao total **18 membros**, de **composição paritária** (9 representantes governamentais e 9 representantes da sociedade civil).



Entre as competências do CNAS, está a de **divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos.**

**Gabarito: Correto.**

**5. (CESPE/CEBRASPE – 2018) De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e suas respectivas alterações e a Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.**

De acordo com a LOAS, a assistência social organiza-se em apenas dois tipos de proteção social: proteção social básica e proteção social especial.

( ) Certo                      ( ) Errado

**Comentário:**

A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - **proteção social básica:** conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

II - **proteção social especial:** conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

**Gabarito: Certo**

**6. (CESPE/CEBRASPE - 2018) A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), são princípios democráticos que regem a PNAS:**



a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se o acesso ao atendimento de, pelo menos, 70% da população urbana e de 100% da população rural.

Certo                       Errado

**Comentário:**

A LOAS em seu Art. 4º, refere que a assistência social rege-se, dentre outros, pelo princípio da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; não cita qualquer proporção entre a população urbana e rural.

**Gabarito: Errado.**

**7. (CESPE/CEBRASPE - 2018) À luz da Lei Orgânica de Assistência Social — Lei n.º 8.742/1993 —, julgue o próximo item.**

Compete aos municípios executar projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo parcerias com organizações da sociedade civil.

Certo                       Errado

**Comentário:**

A questão está correta, pois, conforme o art. 15 da LOAS, compete aos Municípios executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

São competências dos municípios:

- destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;
- efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;
- executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- atender às ações assistenciais de caráter de emergência;
- prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta lei.
- cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;
- realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

**Gabarito: Certo**



**8. (CESPE/CEBRASPE - 2018) À luz da Lei Orgânica de Assistência Social — Lei n.º 8.742/1993 —, julgue o próximo item.**

Compete aos estados destinar recursos financeiros para custeio do pagamento do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral, mediante critérios estabelecidos pelos conselhos estaduais de assistência social.

Certo                       Errado

**Comentário:**

Muito cuidado para não cair em pegadinhas da Banca sobre este assunto!

De acordo com os artigos 14 e 15 da LOAS, competem ao **Distrito Federal e aos Municípios**, respectivamente, destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais mediante critérios estabelecidos pelos respectivos conselhos. Já os **Estados** destinam recursos financeiros aos municípios a título de **participação no custeio** do pagamento dos benefícios eventuais.

**Gabarito: Errado.**

**9. (CESPE/CEBRASPE - 2018) No que se refere aos resultados provenientes do processo de consolidação da assistência social como política de Estado, julgue o item subsequente.**

Esse processo de consolidação resulta no estabelecimento de critérios objetivos de partilha de recursos apenas entre os municípios e os serviços socioassistenciais.

Certo                       Errado

**Comentário:**

A questão está incorreta, pois a política de assistência social não estabelece apenas critérios de repasse de recursos entre os municípios e os serviços socioassistenciais. Conforme art. 28 da LOAS, o financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei será feito com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das demais contribuições previstas no art. 195 da CF, além daqueles a e compõem o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

**Gabarito: Errado.**

**10. (CESPE/CEBRASPE - 2018) De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e suas respectivas alterações e a Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.**



Constitui importante diretriz da PNAS no Brasil a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

( ) Certo ( ) Errado

**Comentário:**

Segundo o art. 5º da LOAS, a organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

- ✓ descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- ✓ **participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;**
- ✓ primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Na PNAS, também se encontram essas diretrizes, com o seguinte acréscimo:

- ✓ Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

**Gabarito: Certo.**

**11. (CESPE/CEBRASPE - 2016) No final de 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), efetivou-se a assistência social como dever do Estado e direito do cidadão. Considerando a política de assistência social e os mínimos sociais previstos na LOAS, julgue o item subsequente.**

Os direitos assistenciais têm características diferenciadas, pois asseguram prestação monetária continuada e caracterizam-se por ser um direito pessoal e intransferível, como, por exemplo, o benefício de prestação continuada.

( ) Certo ( ) Errado

**Comentário:**

Esta questão foi considerada um tanto polêmica, pois a Banca alterou o Gabarito definitivo. Os direitos assistenciais **não se limitam apenas aos benefícios de caracterização monetária continuada**, mas há um conjunto de ações integradas, pecuniárias e não-pecuniárias, de caráter eventual ou continuado.

Gabarito preliminar: CERTO

**Gabarito definitivo: ERRADO**



**12. (CESPE/CEBRASPE - 2016) Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n.º 8.742/1993.**

O CNAS, instância responsável pela coordenação da PNAS, é presidido alternadamente pelo(a) ministro(a) da previdência social e por um representante eleito da sociedade civil, sendo de dois anos o mandato do seu presidente, permitida a recondução.

( ) Certo                      ( ) Errado

**Comentário:**

A questão contém vários erros. Vejamos em destaque:

- ✓ O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é órgão superior de deliberação colegiada, **vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social**, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.
- ✓ É composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, de acordo com os critérios seguintes:
- ✓ 9 (nove) representantes governamentais, incluindo 1 (um) representante dos Estados e 1 (um) dos Municípios;
- ✓ 9 (nove) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.
- ✓ **O CNAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.**
- ✓ Os Conselhos estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser constituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica.

**CUIDADO! NÃO CONFUNDAM!**

**O CNAS É VINCULADO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, SENDO ESTE RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. OU SEJA, O CNAS NÃO COORDENA A PNAS! QUEM COORDENA É O MDS. O CNAS ESTÁ VINCULADO AO MDS.**

OUTRO DETALHE! DECOREM:



**Membros: mandato 2 anos + uma recondução**

**Presidente: mandato 1 ano + uma recondução**

**Gabarito: Errado**

**13. (CESPE/CEBRASPE - 2016) De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, assinale a opção correta.**

- a) Os princípios da assistência social incluem a ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.
- b) O benefício de prestação continuada pode ser transferido a dependentes de até vinte e um anos de idade, em caso de morte do beneficiário.
- c) O Conselho Nacional de Assistência Social deve ser presidido pelo titular do órgão da administração pública federal coordenador da política de assistência social, enquanto durar sua gestão nesse órgão.
- d) A proteção social básica refere-se a um conjunto de ações direcionadas à proteção de crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violação de direitos.
- e) A pessoa com deficiência que recebe o benefício de prestação continuada não pode ser contratada por empresas na condição de aprendiz.

**Comentário:**

Vamos analisar as alternativas:

**a) Certo.** A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

**S**upremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

**U**niversalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

**R**espeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;



I gualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

D ivulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

SE LIGA NO MNEMÔNICO PARA AJUDAR NA MEMORIZAÇÃO: **SURID**

**b) Errado.** O BPC tem caráter INTRANSFERÍVEL. Não gera direito à pensão por morte.

**c) Errado.** CNAS é presidido por um de seus membros e tem mandato de 1 ANO.

**d) Errado.** Violação de direitos compreende a proteção social ESPECIAL.

**Proteção social básica:** conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

**Proteção social especial:** conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

**e) Errado.** A condição de aprendiz não acarreta a suspensão do BPC, limitado a 2 (dois) anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício.

**Gabarito: letra A**

**14. (CESPE/CEBRASPE - 2016) No final de 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), efetivou-se a assistência social como dever do Estado e direito do cidadão. Considerando a política de assistência social e os mínimos sociais previstos na LOAS, julgue o item subsequente.**

A política de mínimos sociais foi implementada por meio de benefícios continuados no valor de um salário mínimo para idosos com sessenta anos de idade ou mais e portadores de deficiência com renda familiar de até metade do salário mínimo, per capita.

( ) Certo                      ( ) Errado

**Comentário:**

A assistência social que provê os mínimos sociais é realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, não somente através de benefícios continuados.



Inicialmente o BPC foi implementado para idosos com idade de setenta anos ou mais, depois passou a valer 67 anos e a partir de 2004 o limite de idade passou a ser **65 anos**.

Outra informação errada da questão é a renda per capita: deve ser no **valor igual ou inferior a ¼ do salário mínimo**.

**Gabarito: Errado**

**15. (CESPE/CEBRASPE - 2015) Conforme a legislação social em vigor, julgue o item seguinte.**

Conforme a Lei Orgânica de Assistência Social, a gestão das ações na área de assistência social é organizada em sistema descentralizado e participativo, cujos principais objetivos incluem a consolidação da gestão compartilhada; a integração entre a rede pública e a rede privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; e a definição dos níveis de gestão — respeitadas as diversidades regionais e municipais.

( ) Certo                      ( ) Errado

**Comentário:**

Questão retirada do Art. 6º da LOAS:

Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C;

III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;

V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios;

VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

**Gabarito: Certo**



**16. (CESPE/CEBRASPE - 2015) Conforme a legislação social em vigor, julgue o item seguinte.**

Supremacia do atendimento das necessidades sociais; universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade do cidadão; igualdade de direitos no acesso ao atendimento; e divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais são princípios da Lei Orgânica de Assistência Social.

( ) Certo                      ( ) Errado

**Comentário:**

Questão que exige um conhecimento acerca dos princípios da assistência social disposto no art. 4º da LOAS.

Lembre-se do mnemônico: **SURID**

**S** (Supremacia das necessidades Sociais)

**U** (Universalização dos direitos sociais.)

**R** (Respeito à dignidade do cidadão.)

**I** (Igualdade de direitos, sem discriminação.)

**D** (Divulgação dos benefícios e serviços.)

Gabarito: **Certo**

**17. (CESPE/CEBRASPE - 2015) A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) define benefícios assistenciais que podem ser garantidos à população de acordo com critérios e avaliações. Com base nessa lei, julgue o item seguinte, relativo a natureza, periodicidade e características desses benefícios.**

O benefício de prestação continuada (BPC) garante um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência permanente ou ao idoso a partir dos sessenta anos de idade que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família; esse benefício é revisto a cada quatro anos, para que se possa reavaliar a continuidade das condições que lhe deram origem.

( ) Certo                      ( ) Errado

**Comentário:**

Vamos à análise dos erros: O benefício de prestação continuada (BPC) garante um salário mínimo mensal à pessoa com **deficiência permanente** (não é permanente, mas sim de longo prazo) ou ao



idoso a partir dos **sessenta anos de idade (65 anos)** que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família; esse benefício é revisto a cada **quatro anos (revisto a cada 2 anos)**, para que se possa reavaliar a continuidade das condições que lhe deram origem.

**Gabarito: Errado.**

## QUESTÕES COMENTADOS DE OUTRAS BANCAS EXAMINADORAS

**18. (QUADRIX - 2019) A Política de Assistência Social tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Segundo a LOAS, a vigilância socioassistencial tem por objetivo**

- A. realizar ações para construir e fortalecer os vínculos familiares, comunitários e societários.
- B. analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e de danos.
- C. identificar espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa e incentivar a participação da comunidade no enfrentamento dos problemas sociais.
- D. integrar ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.
- E. desenvolver ações para alcançar a universalização da cobertura da Política de Assistência Social e promover o acesso da população aos serviços, programas e projetos nessa área.

### Comentário:

A questão exige que você tenha conhecimento sobre os objetivos da Assistência Social, disposto no art. 2º da LOAS.

São 3 os objetivos: **Proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos.**

A questão pede especificamente sobre a **vigilância socioassistencial**, que visa **analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;**

Os demais objetivos são:

**Proteção social:** visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.

**Defesa de direitos:** visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

**GABARITO: LETRA B**



19. (FUNDATEC - 2019) Assinale a alternativa que se refere a uma Diretriz da Assistência Social, conforme o Art. 5º da Lei nº 8.742/1993.

- A. Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- B. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- C. Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.
- D. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- E. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

#### Comentário:

A questão pede sobre as diretrizes da assistência social dispostas no art. 5º da LOAS. Lembre-se do mnemônico: DESCE E PARTI PRIMA, ou seja, DESCENTRALIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PRIMAZIA.

**Desce**ntralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

**Parti**cipação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

**Prima**zia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Assim, a resposta correta que condiz com as diretrizes é a letra **B**.

Vejam os erros das demais alternativas:

- A. Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência. **Errado. Este é um princípio do SUS e não da assistência social.**
- C. Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática. **Errado. Este é um princípio do SUS e não da assistência social.**
- D. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica. **Errado. Este é um princípio e não uma diretriz.**
- E. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. **Errado. Este é um princípio e não uma diretriz.**

**Gabarito: letra B**



**20. (FUMARC - 2018) Um dos princípios que rege a Lei Orgânica da Assistência Social é a**

- A. descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
- B. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- C. primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- D. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

**Comentário:**

A questão fez uma mistura de princípios e diretrizes para confundir o candidato. Quando falamos em princípios, lembramos de: **SURID**. Quando falamos em diretrizes, lembramos de: **DESCE e PARTI PRIMA**, ou seja, **DESCENTRALIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PRIMAZIA**.

Somente com esses macetes, já dá para matar a questão, pois a única alternativa que não faz parte das diretrizes e sim dos princípios é a alternativa **D: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica**.

**Gabarito: letra D**

**21. (Quadrix – 2019) De acordo com a LOAS, assinale a alternativa correta.**

- A. O respeito ao direito no acesso ao atendimento e à individualidade do cidadão, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se igualdade às populações urbanas e rurais, é um dos princípios da Política de Assistência Social.
- B. A descentralização político-administrativa e a responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade civil na condução da Política de Assistência Social são diretrizes da organização da assistência social.
- C. Cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos na LOAS.
- D. As ações no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à pessoa com deficiência, à adolescência e à velhice e, como base de organização, a matricialidade familiar.
- E. O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no CRAS, se as instituições atuarem na proteção social básica, ou nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), se atuarem na proteção social especial.

**Comentário:**

Vamos analisar as alternativas:

**A. Errado.** O correto seria: Art. 4º IV - **igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;**



**B. Errado.** O correto seria: Art. 5º I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

C. Correto.

**D. Errado.** As ações do SUAS tem por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Não inclui a pessoa com deficiência, segundo a LOAS.

**E. Errado.** Conforme art. 9º da LOAS, o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.

Gabarito: letra C

## 22. (FUNDEP - 2018) Analise os artigos a seguir.

I. Art. 3º – Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

II. Art. 6º-B – As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e / ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação

III. Art. 25 – Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social.

IV. Art. 30 – É condição para os repasses, aos municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de: I – Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre os setores e áreas de políticas públicas do governo; II – Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; III – Plano de Assistência Social.

São artigos que pertencem à LOAS, 1993:

- A. I, II e IV, apenas.
- B. I, II e III, apenas.
- C. II, III e IV, apenas.
- D. I e III, apenas.

### Comentário:

Estão conforme a LOAS os itens I, II e III. O item IV está errado, pois, de acordo com o art. 30 da LOAS, é condição para os repasses dos recursos aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, a efetiva instituição e funcionamento de:

I – Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; (e não composição paritária entre os setores e áreas de políticas públicas do governo)



II – **Fundo de Assistência Social**, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III – **Plano de Assistência Social**.

**Gabarito: letra B**

**23. (FUNDEP - 2018) A Lei Orgânica da Assistência Social em seu artigo 1º afirma que “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”(1993).**

Na sequência da Lei, outros artigos se apresentam:

**I. Art. 3º.** Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

**II. Art. 6º.** As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado, constituído somente pelas entidades governamentais das várias instâncias, que articulam meios, esforços e recursos, e por um conjunto de setores compostos pela representação do Estado.

**III. Art. 23.** Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei.

**IV. Art. 26.** O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre os vários setores do governo municipal, estadual e federal.

**Está(ão) correto(s) o(s) artigo(s):**

- A. II e IV, apenas.
- B. I, II, III e IV.
- C. I e III, apenas.
- D. III, apenas.

**Comentário:**

**Vamos analisar os itens, segundo a LOAS (8742/93):**

**I. Art. 3º.** Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. **CORRETO.**

**II. Art. 6º.** As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado, constituído somente pelas entidades governamentais das várias instâncias, que articulam meios, esforços e recursos, e por um conjunto de setores compostos pela representação do Estado. **ERRADO.** O correto seria: **A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social**



(Suas).

**III. Art. 23.** Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei. **CORRETO.**

**IV. Art. 26.** O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre **os vários setores do governo municipal, estadual e federal. ERRADO.** O correto seria: **O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.**

**GABARITO: LETRA C**

**24. (VUNESP - 2018)** Intitulados como auxílio-maternidade e auxílio-funeral e vinculados em sua criação à política previdenciária, os benefícios eventuais já percorreram uma importante trajetória até se configurarem como benefícios socioassistenciais no âmbito da política pública de assistência social. Regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social, aos benefícios eventuais por morte e natalidade poderão ser integrados outros, destinados a eventualidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de

- A. calamidade pública.
- B. violência intrafamiliar.
- C. suspensões de auxílios.
- D. ameaças graves.
- E. riscos de saúde.

**Comentário:**

Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, em situações de vulnerabilidade temporária, em virtude de

- ✓ nascimento,
- ✓ morte,
- ✓ situações de vulnerabilidade temporária e
- ✓ de calamidade pública.

**GABARITO: LETRA A**

**25. (IPEFAE - 2019)** Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelo seguinte princípio democrático:



- A. Reconhecimento da liberdade como valor ético central.
- B. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- C. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- D. Garantia do pluralismo.

**Comentário:**

Conforme o art. 4º da LOAS, a assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Lembre-se do mnemônico: **SURID**

As alternativas A, C e D são princípios fundamentais elencados no Código de Ética do Assistente Social.

**GABARITO: LETRA B**

**26. (IPEFAE - 2019) A proteção social deve garantir as seguintes seguranças:**

- A. Acolhida, renda e convívio.
- B. Trabalho, inclusão e renda.
- C. Inclusão, acolhida e trabalho.
- D. Renda, alimentação e convívio.

**Comentário:**

A proteção social deve garantir as seguintes seguranças:

- segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia);



- de acolhida;
- de convívio ou vivência familiar.

#### GABARITO: LETRA A

**27. (IBFC - 2018) Um dos benefícios conferidos pela Assistência Social, conforme o artigo 20º. da LOAS é o benefício de prestação continuada, ou BPC. Considerando o disposto na legislação em pauta, sobre o benefício de prestação continuada, julgue os itens abaixo, atribuindo aos mesmos os valores verdadeiro (V) ou falso (F).**

( ) Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

( ) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

( ) A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 4 (quatro) anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício.

( ) O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 4 (quatro) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. A sequência correta aos valores atribuídos às afirmativas acima (de cima para baixo) está presente na alternativa:

- A. V,V,V,V
- B. V,V,F,F
- C. V,F,F,V
- D. F,F,V,V

#### Comentário:

Vamos analisar os itens, segundo a LOAS (8742/93):

**(Verdadeiro)** Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

**(Verdadeiro)** A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

**(Falso)** A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 4 (quatro) anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício.

Conforme o art. 21-A, § 2º **A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz não acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 2 (dois) anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício.**



(Falso) O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 4 (quatro) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

Conforme o art. 21. **O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.**

**GABARITO: LETRA B**

**28. (IBFC - 2018) A Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº. 8742/93) também conhecida como LOAS é um importante dispositivo para regulamentar e organizar a Assistência Social no Brasil. O artigo 2º. disciplina quais seriam os objetivos dessa Política. Isso posto, analise as afirmativas abaixo, e selecione quais delas citam corretamente os objetivos apresentados no artigo 2º. da LOAS.**

I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

II. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

III. A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

IV. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Podemos concluir que os objetivos da Assistência Social, segundo o artigo 2º. da LOAS estão citados corretamente na (s) afirmativa (s):

- A. I e II
- B. II e III
- C. IV, apenas
- D. III, apenas

**Comentário:**

Vamos analisar cada item, de acordo com o art 2º da LOAS. A questão pede sobre os objetivos: Lembre-se que são: **Proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos.**

I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica. **ERRADO. Trata-se de um princípio e não objetivo.**

II. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. **ERRADO. Trata-se de um princípio e não objetivo.**

III. A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos. **CORRETO**

IV. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. **ERRADO. Trata-se de uma diretriz e não objetivo.**



**GABARITO: LETRA D**

29. (COVEST - 2019) De acordo com o Artigo 1º da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, em vigor, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais”. Com base no que estabelece a citada Lei, a proteção social inclui:

- A. a proteção à família, à maternidade e ao direito de reprodução.
- B. o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.
- C. a promoção da integração ao mercado imobiliário.
- D. a habilitação e a reabilitação do público-alvo e a promoção de sua renda.
- E. a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal aos cidadãos carentes.

**Comentário:**

Vamos relembrar os objetivos de proteção social garantidos pela LOAS:

## Objetivos da assistência social

a **proteção social**, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

De acordo com os objetivos de proteção social, a alternativa correta é a letra B. Vejamos os erros das demais:

- A. a proteção à família, à maternidade e ~~ao direito de reprodução~~. (O correto seria: à infância, à adolescência e à velhice)
- B. o amparo às crianças e aos adolescentes carentes. **Correto.**
- C. a promoção da integração ao ~~mercado imobiliário~~. (O correto seria: ao mercado de trabalho)
- D. a habilitação e a reabilitação ~~do público-alvo e a promoção de sua renda~~. (O correto seria: das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária)



**GABARITO: LETRA B**

**30. (COVEST - 2019) Analise a seguir as referências aos princípios que regem a assistência social, contidos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.**

- 1) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- 2) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- 3) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- 4) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- 5) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Estão corretas:

- A. 2 e 3, apenas.
- B. 1 e 5, apenas
- C. 1, 2 e 3, apenas.
- D. 1, 2, 3 e 4, apenas.
- E. 1, 2, 3, 4 e 5.

**Comentário:**

Todos os itens da questão estão corretos! Conforme o nosso famoso **SURID**

- 1) **S**upremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- 2) **U**niversalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- 3) **R**espeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- 4) **I**gualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- 5) **D**ivulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

**GABARITO: LETRA E**



**31. (FCM - 2019) É correto afirmar que a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de 1993, estabelece a assistência social como política de**

- A. responsabilidade da família e das instituições filantrópicas, cabendo ao Estado financiar parte das ações que atendem às necessidades básicas.
- B. seguridade social, de caráter contributivo, destinada àqueles que, mesmo com trabalho formal, necessitam de proteção do Estado.
- C. provisão dos mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.
- D. caridade e benemerência destinada aos cidadãos que fatalmente foram acometidos com as mazelas da pobreza.

**Comentário:**

Vamos analisar as alternativas:

A. responsabilidade da família e das instituições filantrópicas, cabendo ao Estado financiar parte das ações que atendem às necessidades básicas. **ERRADO. A assistência social é direito do cidadão e dever do Estado e não responsabilidade das famílias e das instituições filantrópicas.**

B. seguridade social, de caráter contributivo, destinada àqueles que, mesmo com trabalho formal, necessitam de proteção do Estado. **ERRADO. A assistência social é Política de Seguridade Social não contributiva.**

C. provisão dos mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade. **CORRETO. A assistência social deve prover os mínimos sociais e é realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.**

D. caridade e benemerência destinada aos cidadãos que fatalmente foram acometidos com as mazelas da pobreza. **ERRADO. A assistência social é uma política pública, direito do cidadão e dever do Estado e não deve ser tratada como prática de caridade e benemerência.**

**GABARITO: LETRA C**

**32. (VUNESP - 2019) A Lei no 12.435/2011 altera artigos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), entre os quais o que prevê o benefício de prestação continuada como a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. De acordo com redação dada pela referida lei, o artigo 20 (§ 4o) da LOAS define que o benefício de prestação continuada não pode ser acumulado pelo beneficiário com**



qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza

- A. compensatória.
- B. suplementar.
- C. indenizatória.
- D. suspensiva.
- E. incapacitante.

**Comentário:**

Segundo a LOAS, em seu art. 20 § 4º, o BPC não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os

- ✓ da **assistência médica** e
- ✓ da **pensão especial de natureza indenizatória**.

**GABARITO: LETRA C**

**33. (VUNESP - 2019) A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, assegurando a primazia da responsabilidade do Estado na gestão, financiamento e execução da política de Assistência Social. A organização da assistência social, em todo o país, é sustentada pelo pacto federativo, que estabelece responsabilidades e atribuições entre os três entes federados e que, com base no artigo 5º (III) da LOAS, considera o comando único das ações em cada esfera de governo e tem como diretriz**

- A. a descentralização político-administrativa.
- B. a integração da rede pública e privada de serviços.
- C. as deliberações exclusivas da esfera federal.
- D. o respeito às diversidades regionais e municipais.
- E. a definição dos patamares de gestão.

**Comentário:**

Segundo o art. 5º da LOAS, a organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - **descentralização político-administrativa** para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - **participação da população**, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - **primazia da responsabilidade do Estado na condução da política** de assistência social em cada esfera de governo.

Lembre-se do mnemônico:



Diretrizes da LOAS: **Desce e Parti Prima**

- **Des**centralização político-administrativa
- **Part**icipação da população
- **Prim**azia da responsabilidade do Estado

**GABARITO: LETRA A**

**34. (FEPESE - 2019) Os Benefícios Eventuais são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecidos pelos municípios aos cidadãos e às suas famílias que não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas. Assinale a alternativa correta em relação ao assunto**

- A. Em casos de confirmação de Vulnerabilidade Temporária, o benefício é voltado apenas para indivíduos, de forma a contribuir somente para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa.
- B. Os benefícios eventuais são de caráter imprescindível, prestados aos cidadãos e às famílias somente em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária.
- C. A oferta desses benefícios também pode ocorrer por meio de identificação de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade nos atendimentos feitos pelas equipes da Assistência Social.
- D. A regulamentação dos Benefícios Eventuais e a organização do atendimento aos beneficiários são responsabilidade dos municípios, que devem seguir os critérios e prazos estabelecidos pelas Secretarias Municipais de Assistência Social.
- E. Em casos de situação de morte o benefício visa atender às necessidades urgentes da família após a morte de um de seus provedores; atender às despesas de urna funerária, velório e sepultamento, mesmo que haja no município outro benefício que garanta o atendimento a essas despesas.

**Comentário:**

Esta questão exige conhecimento sobre os benefícios eventuais, disposto no art. 22 da LOAS.

Vamos analisar as alternativas:

- A. Em casos de confirmação de Vulnerabilidade Temporária, o benefício é voltado apenas para indivíduos, de forma a contribuir somente para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa.

**Errado.** Os benefícios eventuais são voltados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

- B. Os benefícios eventuais são de caráter imprescindível, prestados aos cidadãos e às famílias somente em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária.

**Errado.** São de caráter temporário, em virtude de nascimento, morte, situações de



**vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.**

- C. A oferta desses benefícios também pode ocorrer por meio de identificação de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade nos atendimentos feitos pelas equipes da Assistência Social.

**Correto. As demandas podem ser identificadas nos atendimentos da assistência social dos CRAS.**

- D. A regulamentação dos Benefícios Eventuais e a organização do atendimento aos beneficiários são responsabilidade dos municípios, que devem seguir os critérios e prazos estabelecidos pelas Secretarias Municipais de Assistência Social.

**Errado. A regulamentação dos Benefícios Eventuais e a organização do atendimento aos beneficiários são responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal, os quais devem observar os critérios e prazos estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. Os estados são responsáveis pelo cofinanciamento dos Benefícios Eventuais junto aos municípios.**

- E. Em casos de situação de morte o benefício visa atender às necessidades urgentes da família após a morte de um de seus provedores; atender às despesas de urna funerária, velório e sepultamento, mesmo que haja no município outro benefício que garanta o atendimento a essas despesas.

**Errado. O benefício eventual em situação de morte será ofertado, desde que não haja no município outro benefício que garanta o atendimento a estas despesas.**

**GABARITO LETRA C**

35. (AMEOSC - 2019) Acerca das entidades e organizações de assistência social, com base no que define a Lei Orgânica da Assistência Social, identifique as afirmativas verdadeiras (V) e/ou falsas (F) e assinale a opção correta:

- Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam inclusão produtiva e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos;

- As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias;

- As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação.

- A. V – F – V.  
B. V – V – F.  
C. F – V – V.



D. V – V – V.

#### Comentário:

Vamos analisar as alternativas, conforme a LOAS:

**(Falso)** - Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, **prestam inclusão produtiva** e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

**O correto seria: Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.**

**(Verdadeiro)** - As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias. **De acordo com o art.6º-B, § 3º.**

**(Verdadeiro)** - As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação. **De acordo com art. 6º-B.**

**GABARITO: LETRA C**

#### 36. (ADM - TEC - 2019) Leia as afirmativas a seguir:

**I. O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

**II. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).**

**Marque a alternativa CORRETA:**

- A. As duas afirmativas são verdadeiras.
- B. A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- C. A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- D. As duas afirmativas são falsas.

#### Comentário:

Vamos analisar as alternativas:

**I. Correto. Está de acordo com Art. 6.C, § 2.**

**II. Correto. Conforme Art. 20:** O benefício de prestação continuada (BPC) é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que



comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

**GABARITO: LETRA A**

**37. (FADESP - 2018) A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS –, de 1993, define como exigência para o repasse dos recursos da assistência social para os municípios, estados e o distrito federal, a efetiva instalação e funcionamento dos seguintes elementos:**

- A. do Conselho de Assistência Social de caráter consultivo e com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- B. do Conselho de Assistência Social com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social gerido contabilmente pelo Conselho de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- C. do Conselho de Assistência Social com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- D. do Conselho de Assistência Social com composição tripartite entre governo, sociedade civil e trabalhadores da área, do Fundo de Assistência Social e do Comando Único da Assistência Social.
- E. do Conselho de Assistência Social de caráter consultivo e composição paritária entre governo e sociedade civil, do Comando Único da Assistência Social e do Plano de Assistência Social.

**Comentário:**

Conforme o art. 30 da LOAS, é condição para o repasse dos recursos, a efetiva instituição e funcionamento de:

- I - **Conselho de Assistência Social**, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
- II - **Fundo de Assistência Social**, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;
- III - **Plano de Assistência Social**.

Também é condição para o repasse, **a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social**, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999.

**Gabarito: C**

**38. (IBFC - 2019) Em seu Artigo 6º, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dispõe sobre a organização das ações na área de Assistência Social, assim como define os objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A referida legislação coloca \_\_\_\_\_ como base de organização das ações ofertadas para proteção às famílias e indivíduos.**

**Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**

- A. os programas de transferência de renda



- B. o território
- C. a proteção social básica
- D. a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social

**Comentário:**

Segundo a LOAS (8742/63), art. 6º § 1º

As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, **como base de organização, o território.**

**GABARITO: LETRA B.**

**39. (FUNDATEC - 2019) Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742/1993, é INCORRETO afirmar que:**

- A. A assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva.
- B. Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
- C. A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: I – descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- D. Compete à União responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no Art. 203 da Constituição Federal.
- E. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade pública municipal, sem base territorial definida, localizada em áreas com menores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

**Comentário:**

A questão pede a alternativa INCORRETA:

Vejamos a alternativa E:

E. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade pública municipal, **sem base territorial definida, localizada em áreas com menores índices de vulnerabilidade e risco social**, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

A alternativa torna-se incorreta, pois o CRAS é a unidade pública municipal, **de base territorial**,



localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

#### GABARITO: LETRA E

40. (Crescer Consultoria - 2019) Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social, marque (V) para Verdadeiro ou (F) para Falso:

( ) A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais é um objetivo da assistência social.

( ) Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

( ) O conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos é denominado proteção social básica.

( ) A organização da assistência social tem como base a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Marque a alternativa que apresenta a seqüência CORRETA:

- A. V, V, F, V.
- B. V, F, V, F.
- C. V, F, F, V.
- D. F, V, F, V.

#### Comentário:

O primeiro, segundo e quarto item estão corretos. O terceiro item está errado porque o descrito refere-se à **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**.

Vamos relembrar?

**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:** conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL:** conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Muita Atenção! Falou em reconstrução de vínculos e enfrentamento de situações de violação de direitos, pode saber que é competência da Proteção Social Especial!

Gabarito: A



41. (CETREDE – 2019) Numere a coluna B pela coluna A, identificando corretamente os princípios, os objetivos e as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742 de 7 de setembro de 1993.

COLUNA A

Princípios.

Objetivos.

Diretrizes.

COLUNA B

( ) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

( ) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo.

( ) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

( ) Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos, ampliando o acesso a bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais.

( ) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

( ) Participação da população por meio de organizações representativas.

Marque a opção que apresenta a sequência CORRETA.

A. III – I – I – III – II – II.

B. I – III – I – II – I – III.

C. II – I – III – II – I – II.

D. III – I – III – II – I – III.

E. I – III – I – II – III – I.

#### Comentário:

Vamos lembrar:

#### PRINCÍPIOS

**S**upremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

**U**niversalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;



<b>SURID</b>	<p><b>R</b> espeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;</p> <p><b>I</b> gualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;</p> <p><b>D</b> ivulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.</p>
<b>OBJETIVOS</b>  <b>PRO-VI-DE</b>  <b>PROTEÇÃO</b>  <b>VIGILÂNCIA</b>  <b>DEFESA</b>	<p><b>PROTEÇÃO SOCIAL:</b></p> <p>visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;</li><li>b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;</li><li>c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;</li><li>d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e</li><li>e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;</li></ul> <p><b>VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL</b></p> <p>visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;</p> <p><b>DEFESA DE DIREITOS</b></p> <p>visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.</p>



<b>Diretrizes</b>  <b>DESCE E</b>  <b>PARTI</b>  <b>PRIMA</b>	<p><b>Desce</b> ntralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;</p> <p><b>Parti</b> cipação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;</p> <p><b>Prima</b> zia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.</p>
---	--

Se você lembrar dos macetes, fica fácil responder a questão!

Princípios. **SURID**

Objetivos. **PRO VI DE**

Diretrizes. **DESCE e PARTI PRIMA**

( I ) Supremacia

( III ) Primazia

( I ) Divulgação

( ) Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos, ampliando o acesso a bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais. **(ESSE É UM OBJETIVO DA PNAS E NÃO DA LOAS). A QUESTÃO PODERIA SER PASSÍVEL DE ANULAÇÃO, POR CONTA DISSO!**

( I ) Universalização

( III ) Participação

**Gabarito: B**



## LISTA DE QUESTÕES

1. (CESPE/CEBRASPE - 2020) Considere os seguintes objetivos.

I proteção à velhice

II vigilância nutricional e orientação alimentar

III promoção da integração ao mercado de trabalho

IV acesso universal e igualitário

V atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas

De acordo com a legislação da seguridade social vigente, são objetivos da assistência social no Brasil apenas

A. I e II.

B. I e III.

C. II e IV.

D. III e V.

E. IV e V.

2. (CESPE/CEBRASPE - 2019) À luz da Constituição Federal de 1988 e das leis da seguridade social, julgue o item a seguir.

A Lei Orgânica da Assistência Social institui o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cujo objetivo é retirar da situação de trabalho crianças e adolescentes com idade inferior a dezesseis anos.

( ) Certo

( ) Errado

3. (CESPE/CEBRASPE - 2019) Sandra, de dezesseis anos de idade, foi admitida em um centro socioeducativo de internação feminino. No acolhimento, o assistente social que a atendeu identificou os principais elementos da história de vida da adolescente: seus pais morreram quando ela ainda era bebê, por isso foi criada por sua avó paterna, Janete, atualmente com



setenta anos de idade, com quem ainda reside. A avó é tutora de Sandra e de outros três netos menores de idade, que são as únicas pessoas que moram com ela. A renda da família é de um salário mínimo, proveniente de pensão especial indenizatória a que Janete tem direito. Sandra está grávida de doze semanas e seu namorado, Pedro, de vinte e oito anos de idade, usuário de drogas e genitor do nascituro, cumpre pena em regime fechado por tráfico de drogas. A partir dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

A renda per capita da família de Janete é inferior a um quarto do salário mínimo, assim, com respaldo na Lei Orgânica da Assistência Social, Janete faz jus ao benefício de prestação continuada.

Certo                       Errado

**4. (CESPE/CEBRASPE – 2019) À luz da Constituição Federal de 1988 e das leis da seguridade social, julgue o item a seguir.**

O Conselho Nacional de Assistência Social, de composição paritária, tem caráter permanente e deliberativo, e suas decisões devem ser divulgadas no Diário Oficial da União.

Certo                       Errado

**5. (CESPE/CEBRASPE – 2018) De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e suas respectivas alterações e a Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.**

De acordo com a LOAS, a assistência social organiza-se em apenas dois tipos de proteção social: proteção social básica e proteção social especial.

Certo                       Errado

**6. (CESPE/CEBRASPE - 2018) A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), são princípios democráticos que regem a PNAS:**

a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se o acesso ao atendimento de, pelo menos, 70% da população urbana e de 100% da população rural.



Certo                       Errado

**7. (CESPE/CEBRASPE - 2018) À luz da Lei Orgânica de Assistência Social — Lei n.º 8.742/1993 —, julgue o próximo item.**

Compete aos municípios executar projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo parcerias com organizações da sociedade civil.

Certo                       Errado

**8. (CESPE/CEBRASPE - 2018) À luz da Lei Orgânica de Assistência Social — Lei n.º 8.742/1993 —, julgue o próximo item.**

Compete aos estados destinar recursos financeiros para custeio do pagamento do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral, mediante critérios estabelecidos pelos conselhos estaduais de assistência social.

Certo                       Errado

**9. (CESPE/CEBRASPE - 2018) No que se refere aos resultados provenientes do processo de consolidação da assistência social como política de Estado, julgue o item subsequente.**

Esse processo de consolidação resulta no estabelecimento de critérios objetivos de partilha de recursos apenas entre os municípios e os serviços socioassistenciais.

Certo                       Errado

**10. (CESPE/CEBRASPE - 2018) De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e suas respectivas alterações e a Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.**

Constitui importante diretriz da PNAS no Brasil a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Certo                       Errado



**11. (CESPE/CEBRASPE - 2016) No final de 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), efetivou-se a assistência social como dever do Estado e direito do cidadão. Considerando a política de assistência social e os mínimos sociais previstos na LOAS, julgue o item subsequente.**

Os direitos assistenciais têm características diferenciadas, pois asseguram prestação monetária continuada e caracterizam-se por ser um direito pessoal e intransferível, como, por exemplo, o benefício de prestação continuada.

Certo                       Errado

**12. (CESPE/CEBRASPE - 2016) Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue o item a seguir à luz da Lei n.º 8.742/1993.**

O CNAS, instância responsável pela coordenação da PNAS, é presidido alternadamente pelo(a) ministro(a) da previdência social e por um representante eleito da sociedade civil, sendo de dois anos o mandato do seu presidente, permitida a recondução.

Certo                       Errado

**13. (CESPE/CEBRASPE - 2016) De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, assinale a opção correta.**

a) Os princípios da assistência social incluem a ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

b) O benefício de prestação continuada pode ser transferido a dependentes de até vinte e um anos de idade, em caso de morte do beneficiário.

c) O Conselho Nacional de Assistência Social deve ser presidido pelo titular do órgão da administração pública federal coordenador da política de assistência social, enquanto durar sua gestão nesse órgão.

d) A proteção social básica refere-se a um conjunto de ações direcionadas à proteção de crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violação de direitos.

e) A pessoa com deficiência que recebe o benefício de prestação continuada não pode ser contratada por empresas na condição de aprendiz.



**14. (CESPE/CEBRASPE - 2016) No final de 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), efetivou-se a assistência social como dever do Estado e direito do cidadão. Considerando a política de assistência social e os mínimos sociais previstos na LOAS, julgue o item subsequente.**

A política de mínimos sociais foi implementada por meio de benefícios continuados no valor de um salário mínimo para idosos com sessenta anos de idade ou mais e portadores de deficiência com renda familiar de até metade do salário mínimo, per capita.

Certo                       Errado

**15. (CESPE/CEBRASPE - 2015) Conforme a legislação social em vigor, julgue o item seguinte.**

Conforme a Lei Orgânica de Assistência Social, a gestão das ações na área de assistência social é organizada em sistema descentralizado e participativo, cujos principais objetivos incluem a consolidação da gestão compartilhada; a integração entre a rede pública e a rede privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; e a definição dos níveis de gestão — respeitadas as diversidades regionais e municipais.

Certo                       Errado

**16. (CESPE/CEBRASPE - 2015) Conforme a legislação social em vigor, julgue o item seguinte.**

Supremacia do atendimento das necessidades sociais; universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade do cidadão; igualdade de direitos no acesso ao atendimento; e divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais são princípios da Lei Orgânica de Assistência Social.

Certo                       Errado

**17. (CESPE/CEBRASPE - 2015) A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) define benefícios assistenciais que podem ser garantidos à população de acordo com critérios e avaliações. Com base nessa lei, julgue o item seguinte, relativo a natureza, periodicidade e características desses benefícios.**

O benefício de prestação continuada (BPC) garante um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência permanente ou ao idoso a partir dos sessenta anos de idade que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família; esse benefício é revisto a cada quatro anos, para que se possa reavaliar a continuidade das condições que lhe deram origem.

Certo                       Errado



**18. (QUADRIX - 2019) A Política de Assistência Social tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Segundo a LOAS, a vigilância socioassistencial tem por objetivo**

- A. realizar ações para construir e fortalecer os vínculos familiares, comunitários e societários.
- B. analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e de danos.
- C. identificar espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa e incentivar a participação da comunidade no enfrentamento dos problemas sociais.
- D. integrar ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.
- E. desenvolver ações para alcançar a universalização da cobertura da Política de Assistência Social e promover o acesso da população aos serviços, programas e projetos nessa área.

**19. (FUNDATEC - 2019) Assinale a alternativa que se refere a uma Diretriz da Assistência Social, conforme o Art. 5º da Lei nº 8.742/1993.**

- A. Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- B. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- C. Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.
- D. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- E. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

**20. (FUMARC - 2018) Um dos princípios que rege a Lei Orgânica da Assistência Social é a**

- A. descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
- B. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- C. primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- D. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.



**21. (Quadrix – 2019) De acordo com a LOAS, assinale a alternativa correta.**

- A. O respeito ao direito no acesso ao atendimento e à individualidade do cidadão, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se igualdade às populações urbanas e rurais, é um dos princípios da Política de Assistência Social.
- B. A descentralização político-administrativa e a responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade civil na condução da Política de Assistência Social são diretrizes da organização da assistência social.
- C. Cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos na LOAS.
- D. As ações no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à pessoa com deficiência, à adolescência e à velhice e, como base de organização, a matricialidade familiar.
- E. O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no CRAS, se as instituições atuarem na proteção social básica, ou nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), se atuarem na proteção social especial.

**22. (FUNDEP - 2018) Analise os artigos a seguir.**

**I. Art. 3º – Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.**

**II. Art. 6º-B – As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e / ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação**

**III. Art. 25 – Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social.**

**IV. Art. 30 – É condição para os repasses, aos municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de: I – Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre os setores e áreas de políticas públicas do governo; II – Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; III – Plano de Assistência Social.**

**São artigos que pertencem à LOAS, 1993:**

- A. I, II e IV, apenas.
- B. I, II e III, apenas.
- C. II, III e IV, apenas.
- D. I e III, apenas.



**23. (FUNDEP - 2018)** A Lei Orgânica da Assistência Social em seu artigo 1º afirma que “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”(1993).

Na sequência da Lei, outros artigos se apresentam:

I. Art. 3º. Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

II. Art. 6º. As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado, constituído somente pelas entidades governamentais das várias instâncias, que articulam meios, esforços e recursos, e por um conjunto de setores compostos pela representação do Estado.

III. Art. 23. Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei.

IV. Art. 26. O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre os vários setores do governo municipal, estadual e federal.

Está(ão) correto(s) o(s) artigo(s):

- A. II e IV, apenas.
- B. I, II, III e IV.
- C. I e III, apenas.
- D. III, apenas.

**24. (VUNESP - 2018)** Intitulados como auxílio-maternidade e auxílio-funeral e vinculados em sua criação à política previdenciária, os benefícios eventuais já percorreram uma importante trajetória até se configurarem como benefícios socioassistenciais no âmbito da política pública de assistência social. Regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social, aos benefícios eventuais por morte e natalidade poderão ser integrados outros, destinados a eventualidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de

- A. calamidade pública.
- B. violência intrafamiliar.
- C. suspensões de auxílios.
- D. ameaças graves.



E. riscos de saúde.

**25. (IPEFAE - 2019) Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelo seguinte princípio democrático:**

- A. Reconhecimento da liberdade como valor ético central.
- B. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- C. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- D. Garantia do pluralismo.

**26. (IPEFAE - 2019) A proteção social deve garantir as seguintes seguranças:**

- A. Acolhida, renda e convívio.
- B. Trabalho, inclusão e renda.
- C. Inclusão, acolhida e trabalho.
- D. Renda, alimentação e convívio.

**27. (IBFC - 2018) Um dos benefícios conferidos pela Assistência Social, conforme o artigo 20º. da LOAS é o benefício de prestação continuada, ou BPC. Considerando o disposto na legislação em pauta, sobre o benefício de prestação continuada, julgue os itens abaixo, atribuindo aos mesmos os valores verdadeiro (V) ou falso (F).**

( ) Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

( ) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

( ) A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 4 (quatro) anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício.

( ) O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 4 (quatro) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. A sequência correta aos valores atribuídos às afirmativas acima (de cima para baixo) está presente na alternativa:

- A. V,V,V,V
- B. V,V,F,F
- C. V,F,F,V



D. F,F,V,V

**28. (IBFC - 2018) A Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº. 8742/93) também conhecida como LOAS é um importante dispositivo para regulamentar e organizar a Assistência Social no Brasil. O artigo 2º. disciplina quais seriam os objetivos dessa Política. Isso posto, analise as afirmativas abaixo, e selecione quais delas citam corretamente os objetivos apresentados no artigo 2º. da LOAS.**

I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

II. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

III. A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

IV. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Podemos concluir que os objetivos da Assistência Social, segundo o artigo 2º. da LOAS estão citados corretamente na (s) afirmativa (s):

- A. I e II
- B. II e III
- C. IV, apenas
- D. III, apenas

**29. (COVEST - 2019) De acordo com o Artigo 1º da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, em vigor, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais”. Com base no que estabelece a citada Lei, a proteção social inclui:**

- A. a proteção à família, à maternidade e ao direito de reprodução.
- B. o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.
- C. a promoção da integração ao mercado imobiliário.
- D. a habilitação e a reabilitação do público-alvo e a promoção de sua renda.
- E. a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal aos cidadãos carentes.

**30. (COVEST - 2019) Analise a seguir as referências aos princípios que regem a assistência social, contidos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.**

- 1) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade



econômica.

- 2) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- 3) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- 4) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- 5) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Estão corretas:

- A. 2 e 3, apenas.
- B. 1 e 5, apenas
- C. 1, 2 e 3, apenas.
- D. 1, 2, 3 e 4, apenas.
- E. 1, 2, 3, 4 e 5.

**31. (FCM - 2019) É correto afirmar que a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de 1993, estabelece a assistência social como política de**

- A. responsabilidade da família e das instituições filantrópicas, cabendo ao Estado financiar parte das ações que atendem às necessidades básicas.
- B. seguridade social, de caráter contributivo, destinada àqueles que, mesmo com trabalho formal, necessitam de proteção do Estado.
- C. provisão dos mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.
- D. caridade e benemerência destinada aos cidadãos que fatalmente foram acometidos com as mazelas da pobreza.

**32. (VUNESP - 2019) A Lei no 12.435/2011 altera artigos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), entre os quais o que prevê o benefício de prestação continuada como a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. De acordo com redação dada pela referida lei, o artigo 20 (§ 4o) da LOAS define que o benefício de prestação continuada não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza**



- A. compensatória.
- B. suplementar.
- C. indenizatória.
- D. suspensiva.
- E. incapacitante.

**33. (VUNESP - 2019) A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, assegurando a primazia da responsabilidade do Estado na gestão, financiamento e execução da política de Assistência Social. A organização da assistência social, em todo o país, é sustentada pelo pacto federativo, que estabelece responsabilidades e atribuições entre os três entes federados e que, com base no artigo 5º (III) da LOAS, considera o comando único das ações em cada esfera de governo e tem como diretriz**

- A. a descentralização político-administrativa.
- B. a integração da rede pública e privada de serviços.
- C. as deliberações exclusivas da esfera federal.
- D. o respeito às diversidades regionais e municipais.
- E. a definição dos patamares de gestão.

**34. (FEPESE - 2019) Os Benefícios Eventuais são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecidos pelos municípios aos cidadãos e às suas famílias que não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas. Assinale a alternativa correta em relação ao assunto**

- A. Em casos de confirmação de Vulnerabilidade Temporária, o benefício é voltado apenas para indivíduos, de forma a contribuir somente para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa.
- B. Os benefícios eventuais são de caráter imprescindível, prestados aos cidadãos e às famílias somente em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária.
- C. A oferta desses benefícios também pode ocorrer por meio de identificação de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade nos atendimentos feitos pelas equipes da Assistência Social.
- D. A regulamentação dos Benefícios Eventuais e a organização do atendimento aos beneficiários são responsabilidade dos municípios, que devem seguir os critérios e prazos estabelecidos pelas Secretarias Municipais de Assistência Social.
- E. Em casos de situação de morte o benefício visa atender às necessidades urgentes da família após a morte de um de seus provedores; atender às despesas de urna funerária, velório e sepultamento, mesmo que haja no município outro benefício que garanta o atendimento a



essas despesas.

**35. (AMEOSC - 2019) Acerca das entidades e organizações de assistência social, com base no que define a Lei Orgânica da Assistência Social, identifique as afirmativas verdadeiras (V) e/ou falsas (F) e assinale a opção correta:**

- Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam inclusão produtiva e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos;

- As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias;

- As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação.

- A. V – F – V.
- B. V – V – F.
- C. F – V – V.
- D. V – V – V.

**36. (ADM - TEC - 2019) Leia as afirmativas a seguir:**

**I. O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.**

**II. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).**

**Marque a alternativa CORRETA:**

- A. As duas afirmativas são verdadeiras.
- B. A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- C. A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- D. As duas afirmativas são falsas.



**37. (FADESP - 2018) A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS –, de 1993, define como exigência para o repasse dos recursos da assistência social para os municípios, estados e o distrito federal, a efetiva instalação e funcionamento dos seguintes elementos:**

- A. do Conselho de Assistência Social de caráter consultivo e com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- B. do Conselho de Assistência Social com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social gerido contabilmente pelo Conselho de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- C. do Conselho de Assistência Social com composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.
- D. do Conselho de Assistência Social com composição tripartite entre governo, sociedade civil e trabalhadores da área, do Fundo de Assistência Social e do Comando Único da Assistência Social.
- E. do Conselho de Assistência Social de caráter consultivo e composição paritária entre governo e sociedade civil, do Comando Único da Assistência Social e do Plano de Assistência Social.

**38. (IBFC - 2019) Em seu Artigo 6º, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dispõe sobre a organização das ações na área de Assistência Social, assim como define os objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A referida legislação coloca \_\_\_\_\_ como base de organização das ações ofertadas para proteção às famílias e indivíduos.**

**Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**

- A. os programas de transferência de renda
- B. o território
- C. a proteção social básica
- D. a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social

**39. (FUNDATEC - 2019) Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742/1993, é INCORRETO afirmar que:**

- A. A assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva.
- B. Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
- C. A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: I – descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II – participação da população, por meio de



organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

- D. Compete à União responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no Art. 203 da Constituição Federal.
- E. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade pública municipal, sem base territorial definida, localizada em áreas com menores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

**40. (Crescer Consultoria - 2019) Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social, marque (V) para Verdadeiro ou (F) para Falso:**

A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais é um objetivo da assistência social.

Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

O conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos é denominado proteção social básica.

A organização da assistência social tem como base a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

**Marque a alternativa que apresenta a seqüência CORRETA:**

- A. V, V, F, V.
- B. V, F, V, F.
- C. V, F, F, V.
- D. F, V, F, V.

**41. (CETREDE – 2019) Numere a coluna B pela coluna A, identificando corretamente os princípios, os objetivos e as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742 de 7 de setembro de 1993.**

COLUNA A

Princípios.

Objetivos.

Diretrizes.



COLUNA B

- ( ) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- ( ) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo.
- ( ) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- ( ) Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos, ampliando o acesso a bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais.
- ( ) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- ( ) Participação da população por meio de organizações representativas.

Marque a opção que apresenta a sequência CORRETA.

- A. III – I – I – III – II – II.
- B. I – III – I – II – I – III.
- C. II – I – III – II – I – II.
- D. III – I – III – II – I – III.
- E. I – III – I – II – III – I.



# GABARITO

GABARITO



- |            |            |       |
|------------|------------|-------|
| 1. B       | 15. CERTO  | 29. B |
| 2. CERTO   | 16. CERTO  | 30. E |
| 3. ANULADA | 17. ERRADO | 31. C |
| 4. CERTO   | 18. B      | 32. C |
| 5. CERTO   | 19. B      | 33. A |
| 6. ERRADO  | 20. D      | 34. C |
| 7. CERTO   | 21. C      | 35. C |
| 8. ERRADO  | 22. B      | 36. A |
| 9. ERRADO  | 23. C      | 37. C |
| 10. CERTO  | 24. A      | 38. B |
| 11. ERRADO | 25. B      | 39. E |
| 12. ERRADO | 26. A      | 40. A |
| 13. A      | 27. B      | 41. B |
| 14. ERRADO | 28. D      |       |



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.